

IAOD do Deputado Lam U Tou em 28.02.2024

Desemprego estrutural por resolver e um número de trabalhadores não residentes superior ao registado antes da pandemia

No 4.º trimestre de 2023, a taxa de desemprego dos locais era de 2,9%, com cerca de 8600 desempregados, dos quais 3000 da faixa etária entre os 25 e os 34 anos, um número que representa quase o dobro do registado antes da pandemia (4.º trimestre de 2019), passando de um quarto do número total de desempregados para mais de um terço, com o maior número de desempregados. Entre os desempregados, os portadores de habilitações académicas do ensino superior totalizam 4500, e a sua percentagem na população desempregada passou de 30%, registada antes da pandemia, para 52%. Os dados espelham uma melhoria no tocante ao desemprego em comparação com os tempos pré-pandemia, mas o desemprego dos jovens e titulares de elevadas habilitações académicas agravou-se e destacou-se. O desemprego estrutural é uma questão que deixa a sociedade extremamente preocupada.

Segundo uma recente resposta do Governo a uma interpelação oral minha em sede da Assembleia Legislativa, de acordo com a taxa de desemprego, os residentes locais encontram-se quase todos na situação de pleno emprego, e a composição da taxa de desemprego conta com mais de mil pessoas de desemprego friccional (isto é, num curto tempo, em busca de um trabalho melhor). Mas, segundo a estatística oficial, da população desempregada, 3100 perderam o emprego devido a conclusão de trabalhos temporários, encerramento de empresas e despedimento, portanto, um desemprego involuntário, que não pode simplesmente ser considerado como friccional. As autoridades não deram uma resposta directa à questão nuclear relativa ao agravamento do desemprego dos jovens com altas habilitações académicas, facto que reflecte a sua falta de seriedade perante este assunto!

Até ao final de 2023, o número total de TNR em Macau era de cerca de 177 mil, atingindo 90% dos níveis pré-pandémicos. Os sectores da hotelaria e restauração tiveram o maior número de quotas autorizadas de TNR, atingindo 52 597, ou seja, mais de 10 mil do que antes da pandemia. No quarto trimestre de 2023, a mediana do salário global, incluindo TNR e residentes, foi de 13 mil 800 patacas na hotelaria e de 10 mil patacas na restauração. Com o rápido aumento do número de TNR, a mediana do rendimento dos residentes destes dois ramos de actividade diminuiu, respectivamente, das 19 mil e 12,5 mil patacas do período pré-pandemia, para 17 mil e 12 mil patacas, no quarto trimestre de 2023. Enquanto a mediana do rendimento global dos residentes se mantém em 20 mil patacas, os salários nos sectores da hotelaria e restauração, em vez de subirem, baixaram, o que demonstra que os salários dos locais acabaram por baixar, devido aos TNR. O que suscita mais dúvidas é que, no final do ano passado, só havia 7382 vagas de recrutamento, com a menção de recrutamento de trabalhadores locais, mas o número de vagas válidas registadas era de 48 267. Há uma diferença de mais de 40 mil, então será que não se pode deixar de mencionar o recrutamento de trabalhadores locais? O Governo deve esclarecer o público sobre como vai garantir a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego e como as suas regalias não vão ser afectadas pela importação de mão-de-obra.

Quanto à conjugação de emprego, em 2023, a DSAL ajudou a contratação de mais de 13 mil pessoas, mas, segundo muitos residentes e candidatos a emprego, as vagas para o recrutamento efectivo de trabalhadores locais são, na sua maioria, a tempo parcial. Mais, a maioria das feiras de emprego realizadas recentemente não passa de algo superficial, pois muitos postos de trabalho são “altamente exigentes e mal remunerados”. Por exemplo, nas sessões de emparelhamento realizadas em Fevereiro deste ano, o cargo de chefe de departamento da restauração precisava de trabalhar por turnos de 24 horas, exigindo-se dois ou mais anos de experiência na área da restauração e, pelo menos, um ano na de gestão, mas o salário mensal é de apenas 14 mil patacas; por outro lado, para alguns postos de trabalho exige-se experiência e diploma em engenharia electromecânica, mas o salário mensal é de apenas 12 mil patacas.

As concessionárias do jogo e as grandes empresas têm recursos abundantes para a formação de trabalhadores locais, por isso, concordo com o Plano Específico de Emprego + Formação, lançado pelo Governo em colaboração com as concessionárias, para beneficiar mais candidatos locais que querem mudar de emprego, mas não têm experiência na área pretendida. De acordo com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, a taxa de admissão é baixa, pois até 12 de Janeiro deste ano, só metade das vagas foi preenchida e, em certas profissões, a taxa de admissão foi entre 17% e 26%. Os cozinheiros estagiários, por exemplo, auferem um salário mensal de 12 000 patacas, e só são promovidos a cozinheiros de nível elementar depois de trabalhar durante um ano e passar numa prova, mas o salário é, no máximo, de 14000 patacas, até mais baixo do que o oferecido pelas PME na contratação de cozinheiros!

O Governo tem sublinhado que “vai continuar a rever e a ajustar o número de TNR e, em relação aos postos que os candidatos locais têm vontade e capacidade de preencher, promover a respectiva colocação e a saída dos respectivos TNR, para aumentar o sucesso de candidatura dos locais”. Mas o número total de TNR já recuperou 90% dos níveis pré-pandemia. Afinal, o mecanismo de saída de TNR está a ser implementado ou não? Ou será que, mesmo implementado, não é eficaz? Em relação às funções administrativas das concessionárias do jogo e das grandes empresas, que oferecem melhores regalias, o Governo deve clarificar o objectivo e a promessa quanto à saída dos TNR.

O desemprego estrutural dos jovens e das pessoas com habilitações académicas elevadas tem implicações para as perspectivas de emprego e a esperança de desenvolvimento da próxima geração, portanto, o Governo não pode continuar a adoptar a política de avestruz e ignorar o problema, devendo antes adoptar medidas eficazes! Em particular, algumas concessionárias do jogo e grandes empresas continuam a oferecer vagas com “exigências elevadas, salários baixos”, e o Plano Específico de Emprego + Formação é pouco atractivo. Face a estes problemas, quando o Governo apreciar os pedidos de importação de mão-de-obra por parte destas concessionárias do jogo e grandes empresas, organizar feiras de emprego e lançar projectos específicos, deve avaliar, de forma global, se os requisitos de recrutamento e o nível salarial são razoáveis e apresentam perspectivas de desenvolvimento, em lugar de fazer só para despachar.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 28.02.2024

Durante a semana dourada do Ano Novo Lunar, Macau recebeu cerca de 1,36 milhões de visitantes, com uma média diária de cerca de 170 mil. Em Janeiro deste ano, Macau recebeu mais de 2,86 milhões de visitantes, o que significa que a tendência de recuperação dos visitantes é positiva, tendo então voltado aos níveis pré-pandémicos. Graças ao empenho do Governo da RAEM em quebrar o monolitismo do sector do jogo, para além da expansão da “economia de concertos” e da promoção activa das “excursões aprofundadas”, foram realizadas actividades em diversos bairros comunitários, por exemplo, foi criada a zona exclusiva para peões na Rua da Felicidade, o Arraial na Ervanários, o Carnaval Comunitário, etc., para mostrar, em todos os aspectos, os elementos de “turismo +” de Macau. Mais, com a autorização do Conselho de Estado, Xi 'an e Qingdao vão passar a ser englobadas nas cidades do Interior da China com vistos individuais para Hong Kong e Macau, o que demonstra, mais uma vez, a atenção e o forte apoio do Governo Central ao desenvolvimento sustentável das regiões administrativas especiais.

O Governo deve continuar a otimizar as medidas turísticas e a capacidade de recepção, a explorar mais recursos turísticos e a enriquecer a experiência turística de Macau. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Na sequência das obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Macau, para otimizar as instalações físicas e elevar a capacidade de recepção, pode ponderar-se o aumento dos voos e, com base na consolidação do mercado existente, promover políticas de benefícios e acções de promoção turística, explorar novos mercados de visitantes internacionais, por exemplo, criar novos produtos turísticos para os visitantes com visto individual de Xi 'an e Qingdao, e continuar o *Macao Japan Spring Festival*, realizado pela primeira vez em Macau, etc., com vista a otimizar a estrutura diversificada dos visitantes e, através dessas actividades, promover o intercâmbio de turistas.

2. Aproveitar os recursos turísticos característicos das diversas zonas, realizar actividades diversificadas, enriquecer os elementos culturais e recreativos, e enriquecer o conteúdo do Centro Mundial de Turismo e Lazer. Face ao aumento da concorrência no mercado turístico internacional, o sector turístico de Macau precisa de reforçar a sua própria atractividade, criar um turismo de fundo com características culturais e melhorar a qualidade da experiência turística dos visitantes.

3. Reforçar, de forma contínua, a cooperação com os média do comércio electrónico, através de acções promocionais *online* e *offline*, cooperar com os diversos meios de comunicação social e guias turísticos para fornecer aos utilizadores informações actualizadas sobre promoções e actividades, promover a gastronomia, os divertimentos e as lojas com características próprias de todas as zonas comunitárias, para atrair mais turistas a consumir nessas zonas, e promover ainda mais o desenvolvimento do turismo e da economia digital de Macau.

Espera-se que o Governo continue a envidar esforços em várias medidas, aproveitando a ocasião da celebração do 25.º aniversário do estabelecimento da RAEM para explorar o mercado do turismo e, através do sector, impulsionar o desenvolvimento harmonioso da sociedade e da economia, contribuindo ainda mais para a prosperidade e estabilidade de Macau a longo prazo.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 28.02.2024

Lançamento em Macau de programas turísticos diversificados para revitalizar a economia e o turismo

Durante o Ano Novo Chinês deste ano, o Governo e as seis concessionárias do jogo organizaram uma série de eventos para celebração, que atraíram a participação de muitos visitantes e residentes. Nos primeiros oito dias do Ano Novo Chinês, aliás, durante a Semana Dourada, os visitantes de Macau ultrapassaram 1,35 milhões, com uma média diária de quase 170 mil visitantes, um aumento de 1,6 vezes em relação à média diária do Ano Novo Chinês do ano passado. O aumento de visitantes impulsionou a recuperação do sector do turismo em Macau, que introduziu vitalidade na nossa economia.

Nos últimos anos, o Governo esforçou-se por transformar a cidade num centro mundial de turismo e lazer, incentivando a diversificação dos produtos turísticos e aumentando as instalações de lazer não relacionadas com o jogo, com resultados notáveis. À medida que o número de visitantes continua a crescer, outras indústrias para além do jogo estão também a beneficiar. Segundo algumas opiniões, o Governo deve continuar a envidar mais esforços no *marketing* e publicidade, em prol do desvio de visitantes para diversas zonas; a melhorar a qualidade e a quantidade das zonas turísticas e dos programas turísticos; e a atrair mais turistas de qualidade para visitarem Macau, em prol do impulsionamento do desenvolvimento sustentável e diversificado da sua economia.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões ao Governo:

1. Aumentar as actividades especiais do turismo comunitário durante as férias. Depois do encerramento da Avenida de Almeida Ribeiro para zona pedonal durante o Ano Novo Lunar de 2023, o Governo voltou a promover este ano a zona pedonal da Vila da Taipa, o que contribuiu para a economia dos bairros comunitários e obteve o reconhecimento unânime de cidadãos e turistas. O Governo deve fazer um balanço das experiências obtidas nos últimos dois anos, no sentido de, com o controlo do ruído, a manutenção da higiene nos bairros comunitários e a boa gestão do trânsito, organizar, em tempo oportuno, actividades semelhantes durante as festividades, proporcionando aos cidadãos e turistas uma melhor experiência de visita a pé.

2. Estender os itinerários relativos às seis grandes zonas. As concessionárias do jogo já iniciaram os trabalhos de renovação e planeamento de seis grandes zonas da cidade, e conseguiram alguns resultados, mas, segundo muitos turistas, são poucas as instalações turísticas e de lazer, e as experiências turísticas que tiveram não foram boas. Espero que o Governo apele às empresas do sector do jogo para colaborarem com as lojas, no sentido de estender os itinerários actuais aos pontos culturais e turísticos que ficam na mesma zona, e aumentar as lojas com características próprias, os restaurantes e os elementos culturais e criativos. Ao mesmo tempo, é possível ligar directamente essas seis grandes zonas da cidade através de serviços de autocarros, formando assim um único itinerário, disponibilizando, desse modo, serviços turísticos mais convenientes. Mais, é possível proceder ao

redireccionamento do fluxo de turistas nos diversos centros históricos, dinamizando, consequentemente, a economia comunitária.

3. Lançar mais itinerários turísticos, para proporcionar experiências turísticas mais ricas aos visitantes, atraindo mais fontes de visitantes. Macau e as regiões vizinhas possuem ricos recursos naturais e paisagens humanas, por isso, os projectos de turismo e lazer de “turismo costeiro”, com partida de Macau, são muito atractivos. Macau deve aproveitar as suas próprias vantagens para desenvolver diversos projectos de turismo costeiro, como a criação de uma ilha Guangdong-Hong Kong-Macau para turismo de luxo, através de embarcações de recreio e helicópteros. Pode aproveitar-se as embarcações de recreio e os helicópteros para impulsionar o desenvolvimento do turismo de ilhas e criar um turismo costeiro “multidestinos”. O turismo de embarcações de recreio e de helicópteros pode promover o desenvolvimento do turismo costeiro de alta qualidade e também acelerar a exploração tridimensional do turismo “marítimo-insular-costeiro”, atraindo mais visitantes com maior capacidade de consumo.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 28.02.2024

Exortar o Governo a estabilizar o mercado imobiliário para prevenir riscos financeiros sistemáticos e continuar a lançar medidas benéficas e de consumo em Macau

Recentemente, o sector da construção civil e o sector imobiliário manifestaram as suas opiniões, solicitando ao Governo que pondere a “reabertura” da política de fixação de residência através de investimento. De facto, desde que o Governo da RAEM alterou a proposta de lei sobre o imposto de selo para a aquisição do segundo e posteriores imóveis, o número de transacções ainda não atingiu um nível satisfatório.

De acordo com os dados, o rácio de débito não pago há mais de três meses, respeitante aos empréstimos hipotecários para habitação e aos empréstimos comerciais para actividades imobiliárias, tem vindo a subir. O rácio de débito não pago por empréstimos hipotecários teve um aumento superior a 1,3 vezes em comparação com o do ano anterior. Entretanto, a taxa de depósitos dos residentes aumentou e os empréstimos privados diminuíram, e esta situação reflecte que a sociedade está mais conservadora, quer no consumo diário, quer no investimento. A descida significativa do número de transacções no mercado imobiliário demonstra que os cidadãos ou as pequenas e médias empresas não conseguem suportar a pressão decorrente do reembolso dos empréstimos, nem têm dinheiro a mais para “cobrir” isso.

Os dados referidos foram obtidos quando o Governo estava a aplicar as diversas medidas de apoio e, com a retirada gradual das medidas de apoio, como “*o pagamento de juros apenas com a suspensão da amortização do respectivo capital*”, é inevitável que as pessoas se preocupem mais com a situação do mercado, uma vez que deixaram de ter as referidas medidas como apoio.

O mercado imobiliário está interligado com o sistema financeiro e a retoma da economia. Com o mercado em abrandamento, os sectores correlacionados, como agências imobiliárias, bancos, juristas, e demais sectores a montante e a jusante, ficam gravemente afectados, o que pode enfraquecer mais o mercado do consumo local, já fraco. A perda do consumo pode afectar a cadeia de financiamento das empresas e os postos de trabalho nos bairros comunitários, formando-se um círculo vicioso, que abranda a retoma da economia. O Governo deve ponderar a forma de evitar a perda do activo dos cidadãos devido à desvalorização dos imóveis, bem como a activação de uma crise financeira sistemática.

Assim, o Governo e, em especial, os serviços competentes não devem estar demasiados optimistas, antecipando o término das medidas de apoio sem uma ponderação global dos dados económicos. Pelo contrário, sugere-se que o Governo continue a orientar as instituições financeiras a manterem adequadamente as medidas de apoio, e pondere actualizar as políticas conforme a conjuntura em que se vive, com vista a aliviar a pressão dos cidadãos e das pequenas empresas ao nível do reembolso de empréstimos, dinamizando as transacções no mercado imobiliário para os mesmos poderem mobilizar os fundos obtidos na venda de imóveis ou para aliviar a sua pressão de reembolso.

Por outro lado, recentemente, têm surgido alguns comentários na sociedade, segundo alguns académicos, de que os dados sobre a recuperação económica de Macau já se aproximam do período pré-pandémico, e entendem que o Governo não necessita de lançar quaisquer medidas benéficas. Não se deve interferir no funcionamento do mercado livre e o Governo deve manter um papel neutro no controlo.

Mas a situação de Macau é ligeiramente diferente. Num ambiente em que os poderes estão relativamente centralizados, as políticas são tendenciosas e o desenvolvimento do mercado não é equilibrado, assim, o Governo tem a responsabilidade absoluta de adoptar medidas e meios adequados para equilibrar o desenvolvimento social.

O desenvolvimento da integração regional traz grandes oportunidades e, ao mesmo tempo, impacto e concorrência para o pequeno mercado de Macau, sendo inevitável que surjam problemas difíceis de resolver durante esse processo de adaptação do desenvolvimento. Depois da epidemia, a sociedade necessita de mais tempo para se ajustar e adaptar, porque ainda está em recuperação. Assim, exorto mais uma vez o Governo a ponderar a actual situação real e, de acordo com a situação das receitas financeiras, lançar medidas benéficas à sociedade e ao consumo em Macau, a fim de manter essa tendência de recuperação e equilibrar o desenvolvimento do mercado.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 28.02.2024

Aumentar a competitividade das PME e microempresas em prol da plena recuperação económica

Segundo a Direcção dos Serviços de Turismo (DST), os visitantes na Semana Dourada do Ano Novo Chinês de 2024 foram cerca de 1,36 milhões, superando as expectativas, com uma média diária de cerca de 170 mil visitantes, um aumento significativo próximo do nível médio diário da Semana Dourada do Ano Novo Chinês de 2019. Em comparação com o mesmo período da Semana Dourada do Ano Novo Chinês de 2023, o número médio diário de visitantes teve um aumento significativo de 1,6 vezes.

A cidade esteve cheia de alegria no Ano Novo Chinês. Mas o fluxo de pessoas centrou-se nos estabelecimentos explorados pelas concessionárias do jogo e nas zonas turísticas, e poucos se deslocaram às lojas nos bairros comunitários, logo, são cada vez mais as lojas encerradas. É inegável que, com a integração acelerada de Guangdong, Hong Kong e Macau na Grande Baía, o “círculo de vida de uma hora” torna o consumo e a vida cada vez mais convenientes, e o desejo dos residentes de viajar durante os feriados e fins-de-semana continua a aumentar, resultando na perda do poder de consumo local. É por causa disso que as PME e microempresas locais têm de se reconverter e de se valorizar, a par de se orientar para o mercado dos visitantes para beneficiar o forte poder de consumo destes.

Os empresários locais têm de se deslocar mais ao exterior, aprender com as experiências das regiões vizinhas, aumentar a competitividade dos produtos e satisfazer as necessidades dos consumidores. Por exemplo, no Interior da China, o “café com leite com sabor a porco refogado” tornou-se, recentemente, alvo de grande discussão. De acordo com o *Starbucks*, o “café com leite com sabor a porco refogado” é uma fusão de molho com sabor de porco refogado e café concentrado, e, no final, é colocada a carne de porco refogado por cima para enfeitar, com o preço de 68 RMB por copo, o que foi muito procurado pelos consumidores. O produto esgotou em muitas lojas, porque muitas pessoas testaram o café por uma questão de curiosidade.

Não é difícil verificar que, nas cidades com grande base de mercado, o poder de consumo é forte, mas a concorrência entre os sectores é grande e surgem muitas empresas semelhantes, por isso, só com inovação contínua é que as empresas conseguem ultrapassar as dificuldades. As lojas de Macau podem aprender com as experiências de sucesso de outros para criarem “ideias explosivas” e serviços de qualidade para atrair a atenção e o poder de consumo dos turistas.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Os serviços competentes devem estudar de forma aprofundada o mercado e analisar as suas tendências, para ficarem a conhecer as preferências dos jovens e as novas tendências do mercado, e apoiar as micro, pequenas e médias empresas no conhecimento e adaptação às mudanças dos hábitos de consumo do público, e incentivá-las a procurar o seu próprio

desenvolvimento, e a identificar as necessidades não atendidas, as áreas nas quais ainda não há concorrência ou os mercados em rápido crescimento.

2. Como diz o ditado: “o bom vinho não precisa de arbusto” e os serviços competentes devem pensar como é que se pode atrair a vinda a Macau de turistas de alto consumo, e desviá-los para os bairros comunitários para fazerem “viagens aprofundadas”, e devem ainda apoiar a divulgação das lojas antigas e com características próprias de Macau, para atrair os turistas a fazerem aí “*check in*”.

3. Os poucos pontos turísticos existentes nos bairros comunitários não são suficientes. A par da sua divulgação, é conveniente transformar as pequenas zonas de lazer em locais que os residentes e os turistas possam aproveitar, e convidar os influenciadores digitais a divulgarem os pontos turísticos e as zonas circundantes que ficam entre 5 a 10 minutos a pé, para os turistas se espalharem pelos pontos turísticos e pelas zonas em volta, e estes se transformarem numa área encantadora, impulsionando o desenvolvimento económico dos bairros comunitários.

Quanto aos novos elementos do “turismo +” de Macau, há que envidar esforços para atrair mais turistas com visto individual a visitarem Macau de forma aprofundada e, quanto ao seu interior, há que elevar a procura interna e estimular o consumo. Acredita-se que, com várias medidas, Macau, enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, poderá voltar à prosperidade de antes da epidemia, concretizando-se a plena recuperação económica.

IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 28.02.2024

Trabalhar em conjunto para avançar e criar facilidades na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin

Recentemente, realizou-se em Hengqin a 7.^a reunião da Comissão de Gestão da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, na qual esta Comissão ouviu e apreciou o relatório de trabalho de 2024 da Comissão Executiva da referida Zona, e divulgou o estudo sobre o espírito subjacente aos vários documentos do Governo Central.

Com o pleno apoio e colaboração da referida Comissão e do Governo de Guangdong, a Zona de Cooperação Aprofundada conseguiu alcançar excelentes resultados de desenvolvimento.

Ao longo do ano passado, registaram-se progressos notáveis em vários aspectos, tais como resultados frutíferos na inovação dos regimes, articulação das regras, sinergia das indústrias, sincronização dos assuntos relacionados com a vida da população e funcionamento das fronteiras, e o ritmo do seu desenvolvimento e os elementos de Macau estão sempre a aumentar. Assim, há que dar continuidade à implementação das políticas já definidas.

Recentemente, a Comissão Executiva da referida Zona e a Alfândega de Gongbei publicaram o Aviso sobre a autorização para os residentes de Macau transportarem produtos de origem animal e plantas para a Zona de Cooperação Aprofundada, para melhor implementar o modelo de gestão “liberalização na primeira linha e controlo na segunda” e facilitar ainda mais a mobilidade entre Macau e aquela zona.

O Despacho do Chefe do Executivo n.º 32/2024, publicado no BO da RAEM, fixa a tabela de mercadorias destinadas a uso ou consumo pessoal que podem ser importadas por determinados residentes da RAEM através do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço de Hengqin, assim, a partir de 1 de Março, os residentes de Macau que estudam, trabalham, têm negócios ou vivem na referida Zona e cumprem os requisitos, podem, no regresso a Macau através do Posto Fronteiriço de Hengqin, transportar tipos e quantidades especificadas de produtos de origem animal e vegetal, destinados a uso ou consumo pessoal, sem necessidade de requerer qualquer licença de importação ou de apresentar a declaração respectiva.

Os donos de cães e gatos de estimação que possuem o “Certificado de Vacinação Internacional para Cães e Gatos” e um “Averbamento de Viagem para Zona de Cooperação Aprofundada” válido e emitido pelo IAM podem regressar a Macau através do Posto Fronteiriço de Hengqin com os seus animais de companhia que satisfaçam as condições de isenção de inspecção. Estas medidas visam promover e facilitar a circulação entre Macau e Hengqin.

(Tradução)

Este ano celebra-se o 75.º (septuagésimo quinto) aniversário da implantação da República Popular da China, o 25.º (vigésimo quinto) aniversário do retorno de Macau à Pátria e o 3.º aniversário da criação da Zona de Cooperação Aprofundada, sendo também um ano importante para os resultados da 1.ª fase de construção desta Zona.

Assim sendo, proponho o seguinte: devemos aprender e implementar, de forma aprofundada, o espírito subjacente às importantes orientações de Xi Jinping sobre a cooperação entre Guangdong e Macau na exploração de Hengqin, e o bom espírito expresso nas visitas às importantes zonas económicas de Guangdong, insistir na orientação geral de “procurar o progresso no pressuposto da estabilidade”, tirar pleno proveito do “Plano Geral de Desenvolvimento” e das várias políticas favoráveis lançadas pelo Governo Central, promovendo o alcançar de mais resultados e o desenvolvimento da referida Zona, e proporcionando maior apoio à promoção da diversificação adequada da economia de Macau.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 28.02.2024

A propósito da participação de alunos do secundário de Macau na celebração do Ano Novo Chinês no Brasil

Com a chegada da Primavera, tudo se renova! Os pontos turísticos enchem-se de turistas e a vivacidade volta, o que é de felicitar! A promoção do Governo no período pós-epidemia, a criação de novas experiências turísticas e o alargamento do leque de produtos turísticos trouxeram novas surpresas agradáveis durante o Ano Novo Chinês! Isto merece o nosso elogio!

Dizem que se sai para depois voltar! Isto descreve bem a actualidade. Por um lado, a epidemia interrompeu o turismo e o intercâmbio internacional, mas assim que as condições recuperaram, os turistas afluíram logo a Macau, e por outro, os residentes de Macau têm saído mais. Hoje, no entanto, só posso falar por alto sobre algumas das visitas ao exterior. Um grupo de alunos do secundário foi convidado pela Embaixada da China no Brasil, para participar na actividade “Feliz Ano Novo Chinês” e actuar com os grupos locais. A celebração conjunta da festividade demonstrou amizade, intercâmbio cultural e entendimento entre os dois povos, e permitiu que mais brasileiros e turistas no Brasil ficassem a conhecer a China e Macau, e sentissem o encanto da cultura tradicional chinesa. Os professores e alunos de Macau tiveram a oportunidade de alargar os seus horizontes, aprofundar os seus conhecimentos sobre a cultura e a sociedade do Brasil, e interagir com os artistas da Pátria e do Brasil. Mais, a sua viva actuação em palco foi um episódio expressivo da prática bem-sucedida da política “Um País, Dois Sistemas” em Macau. Trata-se, sem dúvida, de uma nova iniciativa e de um novo rumo para Macau, enquanto plataforma de intercâmbio entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Para melhor “atender às necessidades do País e potenciar as vantagens próprias de Macau”, deve continuar a alargar-se o espaço de formação da próxima geração, e as visitas com a equipa nacional são já em si educação patriótica. Quando estas visitas passarem a sistemáticas, frequentes e generalizadas, o amor à Pátria e a Macau passará naturalmente a ser um elemento integrante, por isso, as mesmas são uma nova tentativa para formar novas gerações com este sentimento. Ao mesmo tempo, acredita-se que esta iniciativa contribui para consolidar e desempenhar o papel definido pelo País para Macau, pelo menos, em três aspectos:

1. Para a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer: este tipo de actividades vai atrair mais visitas a Macau, pois explorar o exterior visa trazer mais pessoas do resto do mundo para ficarem a conhecer a nossa cidade e contactarem com os locais, um caminho que é necessário para alargar a origem dos turistas que visitam Macau.

2. Para o desenvolvimento contínuo da plataforma entre a China e os países de língua portuguesa: cada intercâmbio na área cultural pode promover a integração e a inovação ao nível das exposições e espectáculos culturais dos dois lados, e criar novas oportunidades para estudo, emprego e empreendedorismo dos jovens de Macau. A visita ao Brasil foi uma exigência necessária para aprofundar o intercâmbio de pessoas e de mercadorias.

3. Para a consolidação do papel como uma base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de diversas culturas: visitar o exterior com a equipa nacional é uma boa oportunidade para fazer amigos estrangeiros e também da China, permitindo reforçar o sentimento de identidade cultural, de pertença e de orgulho espiritual dos residentes de Macau, especialmente dos jovens.

Havendo tais potencialidades, é indispensável sugerir e promover o seguinte:

1. Definir a participação nas actividades dos ministérios e comissões estatais como uma nova exigência para a educação patriótica da próxima geração. Exorto o Governo da RAEM a apresentar ao Governo Central mais pedidos deste género.

2. Considerar a experimentação pessoal em actividades realizadas nos Países de Língua Portuguesa e nas cidades ao longo de “Uma Faixa, Uma Rota” como uma nova forma de alargar a visão internacional da próxima geração. Exorto os serviços de educação, juventude, cultura e turismo a continuarem a reforçar o apoio a este tipo de actividades.

3. Considerar a oportunidade de participação nas visitas de carácter cultural, científico e tecnológico ao exterior realizadas pelo Estado como uma nova tendência para o sector educativo, científico e tecnológico, artístico e cultural de Macau. Apelo ao Estado e ao Governo da RAEM para darem apoio adequado ao nível dos recursos humanos, materiais e financeiros, para as gentes de Macau poderem partilhar dos frutos da economia da RAEM e também da prosperidade da nação e da modernização ao estilo chinês.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 28.02.2024

Promoção activa do estudo e da revisão do aumento da pensão para idosos

Ao longo dos anos, o Governo da RAEM tem dado grande importância aos direitos e interesses dos idosos, pois, com a queda da taxa de natalidade nos últimos anos, o envelhecimento da população tem vindo a agravar-se. De acordo com as estatísticas demográficas de 2022, 15,7 por cento da população local é idosa, enquanto o rácio de dependência dos idosos é de 23,1 por cento: o equivalente a cerca de quatro adultos a criar um idoso. O Governo deve aperfeiçoar as políticas para os idosos e as respectivas medidas de protecção social, incluindo o estudo e revisão activa do regime de segurança social e o aumento da pensão.

A epidemia provocou uma recessão económica em Macau e, desde Janeiro de 2020, o Governo não aumenta a pensão para idosos nem as regalias do Fundo de Segurança Social e, devido ao défice orçamental que houve ao longo dos anos, a sociedade compreendeu a decisão de não proceder ao ajustamento da pensão para idosos. No ano passado, em resposta a uma questão minha, o Chefe do Executivo afirmou que o ajustamento dessa pensão ia ser feito de acordo com o mecanismo, mas, como a base de dados acumulada ainda não atingiu os 3 por cento, não havia condições para esse ajustamento, afirmando mesmo que o Governo ia avançar com uma revisão geral em 2024 e estudar a possibilidade de actualização da pensão para idosos. Com a recuperação plena da sociedade e os esforços conjuntos de toda a população, a economia de Macau recuperou de forma ordenada. As receitas brutas do jogo registaram, em 2023, 183 mil milhões de patacas, e os trabalhadores da função pública, e das empresas do jogo e de lazer, entre outros sectores, estão já com aumentos salariais, o que constitui uma força motriz para elevar a economia de Macau a um novo patamar. Ao mesmo tempo, sob a pressão da inflação e do aumento das taxas de juro, as famílias continuam a enfrentar a pressão da vida, pelo que ainda esperam que o Governo preste apoio adequado aos residentes, partilhando em conjunto os frutos da recuperação económica. A situação económica e de vida dos idosos merece atenção.

É de salientar que, em Janeiro do corrente ano, o IPC-geral aumentou cerca de 1 por cento, em termos anuais, devido principalmente ao aumento dos preços dos produtos alimentares, nomeadamente, das refeições adquiridas fora de casa, do vestuário e do gás butano, situação semelhante à verificada nos últimos meses. O aumento dos preços no consumidor, intimamente relacionado com a vida da população, afecta especialmente os grupos vulneráveis, como os idosos que não têm capacidade de rendimento. De acordo com o “Estudo temático sobre o mecanismo permanente de ajustamento das prestações do regime da segurança social”, realizado pelo Governo em 2019, foi criado um mecanismo para o ajustamento do valor mensal, nomeadamente, da pensão para idosos. De acordo com o referido estudo, o mecanismo de revisão inicia-se quando a taxa de inflação acumulada atingir os 3 por cento, mas, mesmo abaixo deste valor, o Governo também pode rever o nível básico de protecção dos idosos e proceder a ajustamentos quando necessário.

Na minha opinião, com vista a demonstrar o carinho para com os idosos e o seu contributo para a construção da sociedade, na concretização dos objectivos definidos no

“Regime jurídico de garantias dos direitos e interesses dos idosos”, para assegurar o carinho e a protecção para com estes, o Governo deve continuar a melhorar o regime de segurança social. Perante o desenvolvimento económico favorável, o Governo deve, tendo em conta a situação de não aumento das prestações do Fundo de Segurança Social, proceder à revisão do montante da pensão para idosos e melhorar as políticas relativas aos benefícios sociais para estes. Para além da pensão para idosos, os outros tipos de prestações estão estreitamente relacionados com a vida da população, por isso, sugere-se ao Governo que reveja os subsídios de desemprego, doença e nascimento, entre outros, para apoiar os desempregados e incentivar a natalidade.

Segundo os dados do Fundo de Segurança Social, no ano de 2022, o valor total das despesas com as pensões e subsídios era de cerca de 5674 milhões de patacas. Com o desenvolvimento estável da economia de Macau, o Governo, perante um ambiente económico favorável, deve dar mais importância ao investimento de recursos no Fundo de Segurança Social e efectuar uma boa gestão dos activos do Fundo, para assegurar o seu desenvolvimento estável, e dispor de recursos suficientes para dar, de forma contínua, a garantia adequada aos cidadãos.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 28.02.2024

Lutar por atrair investimento estrangeiro, para dinamizar a economia

No ano passado, o turismo começou a recuperar, e a exportação de serviços injectou novo alento na economia. No entanto, na atracção de investimento estrangeiro para outros sectores que não os predominantes do turismo e jogo, os resultados não são notórios. Não foram plenamente potencializadas as vantagens, como o estatuto de porto franco, o regime fiscal simples, a baixa tributação, a plataforma de serviços comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e o ponto de encontro entre os dois circuitos. Olhando para os últimos dados, em 2023 foram constituídas 5011 sociedades, mais 900 do que no ano anterior, 158 estrangeiras e 1313 do Interior da China, mas não são de grande dimensão, pois o capital social totalizou apenas 1,65 mil milhões de patacas. As novas sociedades dedicam-se aos ramos tradicionais, nomeadamente, prestação de serviços às empresas e comércio por grosso e a retalho, e o seu capital social é, na maioria, inferior a 50 mil patacas. O total do capital social destas sociedades desceu 89,0%, em termos anuais, pois em 2022, foram criadas instituições financeiras com capital social muito elevado. Apesar do número de novas empresas, de acordo com os dados estatísticos, a situação de desocupação dos escritórios piorou, em 2019, a taxa de desocupação foi de cerca de 7%, e até ao terceiro trimestre de 2023, foi de 12,3%. Prevê-se que, este ano, esta taxa continue a subir, o que reflecte um ambiente de investimento comercial relativamente frouxo.

O Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau, lançado pelo Governo, define claramente que, entre 2024 e 2028, será implementada activamente a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”. Concordamos plenamente com este plano e as respectivas medidas, mas as quatro novas indústrias são mais exigentes quanto ao capital, recursos humanos e gestão. O Governo precisa de tomar medidas para atrair investimentos estrangeiros, dando importância à sua quantidade e qualidade. Há que promover a “economia-sede”, aumentar a força motriz para o crescimento económico, e reforçar a vitalidade e a resiliência da economia. Isto para elevar a competitividade nuclear de Macau.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Rever, oportunamente, o CEPA, para aumentar os atractivos para o investimento estrangeiro. Macau é um nó importante na construção conjunta de “Uma Faixa, Uma Rota” e uma das cidades centrais da Grande Baía, encontra-se na confluência do ciclo nacional e internacional, e pode desempenhar um papel importante de ligação interna e externa. O CEPA contribuiu para o aprofundamento contínuo da cooperação económica e comercial entre Macau e a China, mas o actual acordo e os seus ajustamentos posteriores não conseguem reflectir muito bem as diferentes características de Hong Kong e de Macau. O desenvolvimento económico de Macau tem uma elevada correlação com o da China, e a pressão de lidar com as sanções dos países europeus e dos Estados Unidos da América e a sua influência é relativamente baixa. Assim, com base nas vantagens quer institucionais de “Um País, Dois Sistemas” quer geográficas, de se encontrar na “confluência do duplo ciclo”,

Macau tem mais condições para contribuir para a construção de um país com alto nível de abertura ao exterior.

2. Criar um bom ambiente de investimento. Primeiro, há que simplificar o processo de aprovação administrativa e as formalidades para a constituição de sociedades, proteger a propriedade intelectual, aperfeiçoar o sistema jurídico, etc. Segundo, há que definir políticas preferenciais, oferecendo-se benefícios fiscais e apoio financeiro e adoptando-se medidas para atrair quadros qualificados e, em articulação com as necessidades de desenvolvimento das indústrias “1 + 4”, lançar incentivos e medidas preferenciais ao investimento, para aumentar a atractividade.

3. Reforçar a organização para a captação de negócios e investimento. Há que escolher, de forma científica e racional, locais para os organismos de promoção do comércio e investimento criarem postos nas regiões prioritárias para a captação de negócios e investimento, reforçar a missão de captação e otimizar o mecanismo de incentivo. Os locais a considerar podem ser os seguintes: no exterior, os países de língua portuguesa ou as regiões com que têm contacto próximo, e na China, as províncias e cidades com que Macau tem acordos de cooperação, incluindo Fujian e Chongqing.

4. Reforçar a distribuição dos elementos essenciais e a protecção do investimento. Primeiro, há que melhorar as infra-estruturas de transportes, procurando que os grandes grupos aéreos estatais explorem rotas internacionais que passem por Macau. Segundo, deve integrar-se os serviços jurídicos da Grande Baía, construindo, em Macau e Hengqin, um centro jurídico e de resolução de conflitos para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa e um sistema internacional de protecção ao investimento.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 28.02.2024

Recolha de opiniões para promover o desenvolvimento dos mercados

Os mercados são uma componente importante da nossa sociedade e cultura, estando estreitamente relacionados com a vida da população. Mas, com o surgimento, nos últimos anos, de muitas lojas de vegetais, carnes frescas, carnes congeladas, pescado, etc., cuja localização é mais conveniente para a população, com produtos e preços mais atractivos, e ainda com a sobreposição do âmbito de exploração de muitos supermercados com o dos mercados, a exploração dos mercados municipais está cada vez mais difícil, afastando-se cada vez mais da vida da população. Com a entrada em vigor do “Regime de registo de estabelecimentos de venda a retalho de géneros alimentícios frescos e vivos”, no dia 1 deste mês, no futuro, para explorar estabelecimentos de venda a retalho de vegetais, carnes ou pescado, basta requerer o registo junto do IAM para a obtenção da certidão; e o regime de licenciamento foi substituído pelo de registo, cujos procedimentos foram simplificados, liberalizando ainda mais o mercado, prevendo-se que tal venha a causar um maior impacto nos mercados municipais.

A reconversão dos mercados municipais é uma questão que o Governo e o sector estão a enfrentar. Para promover o desenvolvimento dos mercados municipais, o Governo desenvolveu, nos últimos anos, trabalhos de aperfeiçoamento, por exemplo, a revisão do regime jurídico dos mercados e a regulamentação dos actos de exploração dos operadores das bancas; aperfeiçoou de forma contínua as instalações, melhorando o ambiente de exploração dos mercados, etc. Mas esses trabalhos não resolveram as dificuldades de exploração, pois, para além de raramente haver concorrentes para as bancas de venda tradicionais, o número de bancas vazias aumentou e, entre os consumidores dos mercados, não se vêem quase jovens. Tal como referiram as autoridades, o modelo de exploração dos mercados tradicionais carece de competitividade e, mesmo com a revisão da lei ou a melhorias das instalações, é difícil resolver as dificuldades de exploração, portanto, há que repensar o posicionamento dos mercados tradicionais na vida da população.

O Governo afirmou que ia introduzir um novo modelo de exploração nas instalações públicas da zona A dos novos aterros onde haverá um novo mercado e, embora este possa não ter sucesso, poderá ser uma nova experiência. Quanto ao rumo de desenvolvimento do mercado da Taipa, o Governo afirmou que já tinha novas ideias. A remodelação do mercado municipal da Taipa será um projecto-piloto do novo mercado.

Concordo com as diversas tentativas do Governo para promover o desenvolvimento dos mercados, face às dificuldades cada vez maiores na sua exploração. A sociedade apresentou recentemente muitas opiniões e sugestões sobre a transformação e revitalização dos mercados, por exemplo, propõe-se a introdução de elementos como a tecnologia, o turismo, as indústrias culturais e criativas, a nostalgia, os costumes, a rua gastronómica, entre outros, para a revitalização, esperando-se que o Governo continue a manter uma comunicação estreita com os sectores, a ouvir as opiniões e sugestões da sociedade e a formular ideias viáveis de transformação e direcções de desenvolvimento, para além de manter as

características socioculturais de Macau, devendo ainda promover o desenvolvimento sustentável dos mercados tradicionais.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 28.02.2024

Impulsionar a manutenção dos edifícios por duas vias

Recentemente, ocorreram em Macau, num curto espaço de tempo, três incidentes da queda de fragmentos de cimento das paredes exteriores de prédios habitacionais, dos quais resultaram ferimentos em residentes e prejuízos patrimoniais. Com a aproximação da estação das chuvas em Macau, é de esperar que incidentes deste tipo causados por uma manutenção inadequada das paredes exteriores dos prédios ocorram com maior frequência. Em Macau, há cerca de 5 mil prédios com mais de 30 anos, com cerca de 40 por cento a apresentarem problemas de envelhecimento estrutural. A manutenção das janelas ou das paredes exteriores é da responsabilidade conjunta de todos os pequenos proprietários de um prédio. O desprendimento das partes comuns de um prédio põe em risco a vida dos transeuntes, pelo que a população deve prestar mais atenção a este problema social para evitar a necessidade de assumir as devidas responsabilidades jurídicas.

As autoridades implementaram já planos de apoio financeiro do Fundo de Reparação Predial para incentivar os moradores a inspecionarem os seus prédios e a efectuarem as reparações e a manutenção necessárias. Mas a consciencialização para a segurança nos bairros comunitários é ainda insuficiente, com o conceito de cada família cuidar da sua própria vida, e o facto de as autoridades não exigirem a inspecção obrigatória dos prédios antigos faz com que o risco potencial de problemas de reparação e manutenção dos prédios continue elevado. Nos termos do Regulamento geral da construção Urbana, os proprietários são obrigados a efectuar inspecções, manutenções e reparações nos seus prédios de cinco em cinco anos, mas, devido às sanções e à execução da lei insuficientes, os efeitos dissuasores esperados não foram alcançados, resultando assim indirectamente numa situação em que os proprietários locais estão menos motivados para proceder à reparação predial.

Com vista a incentivar os residentes a prestarem mais atenção à reparação dos edifícios, sugiro ao Governo que promova, por duas vias, as medidas de protecção dos edifícios, começando pela divulgação preventiva e pelo reforço da execução da lei.

1. Para além do apoio financeiro para reparação, há que reforçar a divulgação sobre a necessidade de protecção e conservação pelos proprietários. No âmbito do plano de apoio financeiro para reparação preventiva, há que dar apoio à Administração de edifícios na contratação periódica de pessoas reconhecidas para a inspecção, na elaboração antecipada de manuais de conservação das partes comuns das instalações e de listas detalhadas com prazos periódicos e métodos de reparação, e na definição de futuros planos de reparação e conservação.

2. Há que reforçar a execução da lei e o efeito dissuasor, para que os proprietários não pensem que o Governo é o responsável pelos trabalhos de reparação dos edifícios; chamar a atenção dos moradores para a segurança das fachadas envelhecidas dos edifícios; e incentivar os proprietários a reforçarem a sua consciência na discussão sobre a conservação e reparação dos edifícios.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 28.02.2024

Reforçar a divulgação para atrair turistas

Graças aos esforços conjuntos do Governo, dos diversos sectores e da indústria turística, o número médio diário de visitantes durante o Ano Novo Chinês chegou perto do nível do período homólogo de 2019, indiciando uma boa tendência de recuperação, e que Macau continua a ser atractiva em termos de recursos turísticos e culturais. Recentemente, o Governo Central autorizou a emissão de visto individual aos residentes de Xi'an, da província de Shaanxi, e de Qingdao, da província de Shandong. O Governo da RAEM e as empresas de lazer estão a reforçar a atracção de turistas estrangeiros, através de *roadshows*, abertura de rotas aéreas, e lançamento de 250 mil prendas para assinalar os 25 anos do Retorno à Pátria. Assim, acredita-se que o número de visitantes continue a aumentar. Neste contexto, espera-se que seja promovida a optimização das infra-estruturas e do trânsito, e que sejam lançados novos produtos turísticos, para promover o desenvolvimento económico.

Os pontos turísticos e os locais onde se realizaram actividades concentram-se, por exemplo, na zona da Avenida de Almeida Ribeiro e na Rua da Felicidade, e o desenvolvimento do projecto de revitalização das zonas históricas ainda precisa de tempo, ao que se junta a deficiência congénita de Macau, isto é, ser pequena e ter ruas estreitas, portanto, durante os feriados, é difícil desviar os turistas, e os autocarros, na sua maioria, concentram-se em determinadas vias, dando origem a congestionamentos do trânsito.

Nos últimos anos, sob a orientação da grande linha de desenvolvimento da diversificação adequada “1 + 4”, o Governo e a sociedade têm promovido, activamente, o desenvolvimento integrado intersectorial do “Turismo+”, profundando e expandindo os eventos de marca turística; e tendo em conta as seis zonas históricas e o turismo comunitário e costeiro, entre outros aspectos, foram criados muitos produtos turísticos para diferentes visitantes em diferentes zonas de Macau, o que obteve muita fama. Espero que o Governo, tendo em conta as fontes de turistas de diferentes países e regiões, coloque mais anúncios para atrair os turistas a visitarem os diversos pontos turísticos, dando-lhes a oportunidade de conhecer Macau sob outra perspectiva, e que efectue bem os trabalhos de triagem, para tentar prolongar a permanência dos visitantes. Para além de divulgar estes dados nas diversas redes sociais, pode ainda comunicar com os operadores turísticos, reforçar os serviços complementares de turismo, reforçar a formação do pessoal dos serviços de turismo e elevar o nível do atendimento.

Muitos espectáculos artísticos e culturais são realizados em Macau, e tanto os pavilhões do Governo como os das concessionárias do jogo não conseguem dar resposta às necessidades. Há dias, o Secretário afirmou, numa entrevista, que a Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau é o pavilhão ideal para a realização de actividades, e espera-se que, após o melhoramento das instalações complementares, os recursos dos respectivos espaços possam ser reaproveitados.

Nos últimos anos, a construção de infra-estruturas de trânsito na Grande Baía tem amadurecido, e cada cidade tem as suas próprias características e costumes. A entidade de

promoção turística de Guangdong, Hong Kong e Macau, composta pelos departamentos governamentais das três regiões, lançou, no ano passado, em conjunto, um novo pacote de 10 itinerários turísticos “multi-destinos” da Grande Baía, incluindo viagens culturais e históricas, viagens de exploração da Rota da Seda, e visitas aos antepassados, entre outros. Aquela entidade vai ainda incentivar as agências de viagens a lançarem o produto “itinerários turísticos”, esperando-se que tal aconteça brevemente, ligando os elementos culturais e turísticos da Grande Baía, explorando em conjunto o mercado turístico, e promovendo o desenvolvimento económico da Grande Baía.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 28.02.2024

Elevar a capacidade de acolhimento de turistas

Na “semana dourada” do Ano Novo Chinês, Macau recebeu 1 milhão e 360 mil visitantes, uma média diária superior a 176 mil, e um aumento de 1,6 vezes em comparação com o ano passado. Retomou-se o nível registado em 2019, mas a falta de capacidade de acolhimento de turistas voltou a sobressair.

As zonas turísticas voltaram a encher-se de pessoas, perturbando a vida dos residentes e dificultando as deslocações dos turistas. As autoridades activaram logo os mecanismos no âmbito dos transportes públicos, exigindo às duas concessionárias de autocarros o aumento da frequência das carreiras, e a polícia e os agentes de execução da lei reforçaram as acções de fiscalização e combate aos fenómenos envolvendo taxistas, como a recusa de transporte, o andar às voltas, e o transporte de passageiros sem a devida licença, a fim de reforçar a eficiência dos serviços. Porém, a frequência das carreiras não conseguiu satisfazer as necessidades, por isso, muitos turistas da China referiram essas situações, através do “Xiaohongshu” e outras plataformas, sobretudo o facto de os autocarros estarem sempre cheios e de esperarem mais de uma hora sem conseguirem entrar num autocarro. Esta situação também incomoda as famílias com crianças que, entretanto, também se deparam com dificuldades em conseguir táxi. Junta-se a isto a sobrelotação dos postos fronteiriços, e segundo alguns turistas, aquando do controlo do fluxo de pessoas, não foram divulgados os caminhos a seguir, e as pessoas tiveram de percorrer “caminhos desnecessários”, o que acabou por ser uma experiência turística insatisfatória, afectando consequentemente a vontade de consumir.

Os residentes estão muito contentes com a recuperação da indústria do turismo e com o desenvolvimento da economia, mas os autocarros de turismo que passam pelos bairros comunitários e param em locais inadequados para a tomada e largada de passageiros afectam o trânsito e constituem um risco para a segurança rodoviária. Alguns turistas deitam lixo e urinam a seu bel prazer nas vias públicas, afectando gravemente a higiene comunitária.

Há quem deseje que o Governo, para além de se preocupar com o número de turistas, dê importância ao aperfeiçoamento das instalações complementares, equilibre as necessidades dos residentes e turistas, e eleve a capacidade de acolhimento de turistas e a competitividade da cidade.

Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. Há que perfeiçoar, do ponto de vista dos turistas, a sinalização nas zonas turísticas mais visitadas, indicando os lugares característicos mais conhecidos, e que tomar como referência as regiões vizinhas, introduzindo sinais de trânsito electrónicos, disponibilizando cadeiras nas zonas pedonais para as pessoas com necessidades, e criando um ambiente pedonal amigável.

2. Há que tomar como referência outras cidades turísticas e criar linhas exclusivas para os turistas nos diversos postos fronteiriços, com vista a resolver as suas necessidades de deslocação, e reforçar a ligação, via transportes públicos, entre os diversos pontos turísticos e as diversas zonas da cidade, a fim de permitir uma boa experiência de utilização de autocarros aos passageiros em geral; há ainda que ter em conta o fluxo de passageiros e a frequência dos autocarros, distribuindo os autocarros de diferentes modelos, aproveitar os megadados para o trânsito inteligente, estudar a criação de carreiras rápidas com poucas paragens e ajustar as carreiras em geral, para os cidadãos poderem usufruir de serviços de autocarros adequados.

3. Há que admitir e aceitar, quanto antes, os meios de pagamento do exterior para o pagamento das tarifas dos autocarros públicos, a fim de facilitar as deslocações dos turistas da China e do estrangeiro.

4. Há que definir planos sobre os locais de estacionamento dos autocarros de turismo nos bairros comunitários, otimizar o sistema de ligação dos espaços pedonais e garantir a segurança dos utilizadores das vias públicas.

5. Por último, há que definir planos para a colocação de contentores de lixo, remover os contentores de lixo nas épocas de pico do turismo, reforçar as indicações sobre a localização dos sanitários públicos ou colocar sanitários móveis em locais adequados, e, ao mesmo tempo, reforçar a higiene e a limpeza dos sanitários públicos, para resolver as necessidades urgentes dos turistas.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 28.02.2024

Melhorar as instalações turísticas complementares e a experiência turística

Nos oito dias da semana dourada deste Ano Novo Lunar, entraram em Macau cerca de 1,36 milhões de visitantes, e no terceiro dia do Ano Novo Lunar registou-se o segundo número diário mais alto de que há registo. A média diária de visitantes foi de cerca de 170 mil, um aumento de 1,6 vezes em comparação com o período homólogo do ano passado, e foi retomado o nível diário do mesmo período de 2019. A taxa média de ocupação hoteleira também atingiu 95%, superando as expectativas.

Depois da epidemia, o número de turistas tem aumentado, e os modelos de deslocação e de consumo alteraram-se, resultando numa grande pressão para o trânsito e para as instalações turísticas. Isto não só afecta directamente a experiência dos turistas, mas também levou ao debate sobre a capacidade de acolhimento turístico na sociedade. O Governo deve aumentar a referida capacidade, criar mais pontos turísticos, dispersar os turistas, executar bem os trabalhos de orientação e promoção, prestar serviços de qualidade e transformar o fluxo de pessoas num fluxo de caixa.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. A indústria do turismo está a recuperar rapidamente, por isso, é preciso reforçar a capacidade de acolhimento de turistas, nomeadamente, através do reforço contínuo da construção do sistema de transportes públicos, do aperfeiçoamento das instalações complementares, da orientação para o redireccionamento dos turistas, para estes poderem ter uma boa experiência, para atrair o consumo por parte destes, e promover o desenvolvimento sustentável do sector do turismo.

2. Os recursos turísticos de Macau estão muito concentrados, por isso, o Governo deve continuar a explorar os recursos turísticos nas zonas comunitárias, para concretizar a ideia das “características peculiares de cada zona”; e deve, tendo em conta os resultados do projecto da zona pedonal da Rua da Felicidade e o equilíbrio entre os interesses dos residentes e dos comerciantes, estudar a criação de mais zonas pedonais nos feriados e proceder, em conjunto com as concessionárias de utilidade pública, à instalação da rede de abastecimento de água e electricidade nos bairros antigos, para otimizar as condições comerciais e expandir as actividades de promoção turística a outras zonas, para atrair os turistas para os bairros antigos.

3. No dia 1 de Abril, o Governo e a Companhia de Corridas de Cavalos de Macau, S.A. vão rescindir o contrato de concessão do exclusivo da exploração de corridas de cavalos, e o terreno e as instalações do Jockey Club vão ser entregues gratuitamente ao Governo. O terreno do hipódromo é enorme e, por isso, o Governo pode estudar o seu aproveitamento para a construção da “Cidade do Desporto”, ou para o desenvolvimento do “desporto+turismo”, ou até para a construção de novas instalações turísticas, com vista a explorar mais recursos turísticos e rentabilizar os benefícios sociais e económicos dos terrenos.

4. O sector da hotelaria é um dos mais importantes para a capacidade de acolhimento de turistas e, em 2023, a taxa média de ocupação dos quartos atingiu 81,5%, e nos hotéis de 2 e 5 estrelas a taxa de ocupação foi de 85,1% e 82,5%, respectivamente. Verifica-se que há procura por hotéis quer de alta qualidade, quer económicos, mas o aumento da oferta dos económicos é relativamente lento. Por isso, o Governo deve incentivar mais os investidores a aumentarem a oferta de hotéis económicos, a fim de satisfazer as necessidades dos diferentes tipos de turistas.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 28.02.2024

Melhorar ainda mais a qualidade dos serviços médicos de Macau

A saúde é alvo da atenção da população, assim, o Governo da RAEM seguiu o princípio “um tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção”, para promover os serviços de saúde de Macau, mas, devido a vários factores, como o aumento dos tipos e da força dos vírus e o agravamento do envelhecimento da população, a procura de cuidados de saúde tem aumentado. Mas, nos serviços públicos de saúde, há sempre o problema da morosidade das marcações prévias, do longo tempo de espera e da falta de recursos humanos. Especialmente entre o Inverno e a Primavera, há uma alta incidência de doenças respiratórias como as gripes A e B, e o adenovírus, etc. Recentemente, também surgiram vários casos em Macau. Entre 16 e 22 de Fevereiro, registaram-se 1097 novos casos de Covid-19, com infecção colectiva em várias escolas e lares, porque as crianças e os idosos são facilmente infectados. Assim, aumentou ainda mais a pressão nos cuidados de saúde. Segundo alguns residentes, os filhos têm febre frequentemente e esta não desaparece, e o tratamento na urgência demora muito tempo, o que é muito cansativo.

Assim, para melhorar a qualidade dos serviços de saúde e promover o desenvolvimento diversificado e equilibrado dos serviços de saúde públicos e privados, apresento as seguintes sugestões:

1. Sugiro que se aproveite bem os megadados, conjugando-os com a distribuição demográfica e etária nas diferentes zonas comunitárias, com o número de estabelecimentos de prestação de cuidados de saúde e a tendência das doenças, etc., para avaliar o ponto de situação dos serviços de saúde de Macau e planear uma reserva de pessoal, aumentando o número de pessoal na área da saúde, e o respectivo rácio e camas hospitalares, para alargar, em tempo oportuno, o número de centros de saúde e a cobertura dos cuidados de saúde primários. Ao mesmo tempo, há que lançar medidas, para incentivar a criação de mais instituições médicas sem fins lucrativos e privadas a participarem neste trabalho, com vista a diminuir a pressão dos serviços de saúde. Com a entrada em funcionamento, a título experimental, do *Peking Union Medical College Hospital*, espera-se que, a longo prazo, se possa acelerar o desenvolvimento de outros serviços e concretizar a “medicina inteligente”. Mais, este hospital deve fixar preços razoáveis para satisfazer as necessidades dos residentes, reduzir o tempo de espera das consultas médicas e, ao mesmo tempo, desenvolver-se de forma cruzada com as outras instituições médicas, com vista a aumentar a qualidade dos serviços médicos especializados.

2. O Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde de Macau foi lançado em 2009 e, desde então, já se passaram 15 anos. Este programa tem contribuído para promover o desenvolvimento dos cuidados de saúde do sector privado e aliviar a pressão dos serviços de saúde públicos, mas o seu valor não é actualizado há anos. Assim, alguns residentes esperam que o Governo, tendo em conta as necessidades dos residentes, as receitas financeiras, a idade dos residentes, as doenças e os projectos para a área da saúde, etc., estude o aumento gradual do montante dos vales de saúde, para aliviar os encargos da população.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 28.02.2024

Coordenação activa do funcionamento da Zona de Cooperação Aprofundada como zona aduaneira autónoma

Acelerar a promoção do desenvolvimento integrado de Hengqin e Macau, contribuindo para o desenvolvimento da diversificação adequada e de alta qualidade da economia de Macau

A partir do dia 1 de Março deste ano, a Zona de Cooperação Aprofundada entra oficialmente em funcionamento como zona aduaneira autónoma, com a "liberalização da primeira linha e controlo da segunda linha". O Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, indicou que isto se reveste de grande importância para a construção de um novo sistema de integração e abertura de alto nível entre Macau e Hengqin, e que se trata duma medida simbólica para a concretização dos objectivos da primeira fase do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada, e também um passo importante para promover o desenvolvimento da integração Hengqin-Macau, favorecendo a concentração de talentos naquela Zona e criando um ambiente conveniente, próximo do modo de vida de Macau. O Governo da RAEM e a Comissão de Gestão da Zona de Cooperação Aprofundada vão continuar a trabalhar e aproveitar com firmeza as oportunidades proporcionadas pelo sistema especial de supervisão de "gestão separada" e transformar a Zona de Cooperação Aprofundada numa zona aberta de alto nível, com características chinesas, que realce as vantagens do princípio "Um país, Dois Sistemas", em prol do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Na sequência da implementação de várias medidas, nomeadamente o "aviso sobre as políticas fiscais de importação e exportação de mercadorias e o "aviso sobre as políticas fiscais de bagagem pessoal e objectos postais", a cooperação entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada vai facilitar a circulação de pessoas, bens, capitais e informações, e acelerar a construção e o desenvolvimento desta Zona.

Este ano assinala-se o 3.º aniversário do estabelecimento da Zona de Cooperação Aprofundada e é o ano da concretização dos objectivos da primeira fase da sua construção e desenvolvimento. Espera-se que a RAEM, em conjunto com esta zona, concretize os trabalhos da entrada desta em funcionamento como zona aduaneira autónoma, promova as "quatro novas indústrias" dessa zona para melhor servirem ao desenvolvimento diversificado e de alta qualidade da economia de Macau, impulsione a integração de Macau em Hengqin e construa essa zona como uma zona aberta de alto nível, alcançando melhores resultados neste ano em que se assinala o 75.º aniversário da implantação da República Popular da China, o 25.º aniversário do estabelecimento da RAEM e o 3.º aniversário do estabelecimento da Zona de Cooperação Aprofundada. Mais, sugere-se ainda o reforço das acções de divulgação sobre a entrada em funcionamento desta zona como zona aduaneira autónoma, a divulgação contínua *online* e *offline*, junto do público, empresas e associações, sobre as diversas mercadorias e políticas de gestão, no sentido de elevar a consciência social. Ao mesmo tempo, propõe-se a optimização contínua das políticas, a pormenorização das

medidas, a aumento do nível da legalidade, da conveniência e da fluidez de circulação, no âmbito do levantamento das restrições fronteiriças.

Estamos convictos de que a entrada em funcionamento da Zona de Cooperação Aprofundada como zona aduaneira autónoma vai contribuir ainda mais para o desenvolvimento diversificado e de alta qualidade da economia de Macau e para a promoção da integração de Macau e Hengqin, destacando as vantagens específicas do princípio “um País, dois sistemas”.

IAOD dos Deputados Wu Chou Kit, Pang Chuan e Kou Kam Fai em 28.02.2024

Aproveitar as vantagens únicas de Macau, para reforçar o intercâmbio entre a China e os Países de Língua Portuguesa e a divulgação da cultura chinesa

No fim do ano passado, a ONU incluiu o Ano Novo Chinês nos feriados das Nações Unidas, e esta festividade passou a figurar, enquanto décimo feriado oficial, entre os feriados católicos e islâmicos, como o Ano Novo, o Natal, o Dia de Acção de Graças e o Eid al-Fitr.

A internacionalização do Ano Novo Chinês tem aumentado, e segundo algumas estatísticas, cerca de 20 países têm o Ano Novo Chinês como feriado oficial. Enquanto região administrativa especial e base de cooperação e intercâmbio, Macau desempenha um papel activo na divulgação da cultura tradicional chinesa e na promoção do intercâmbio cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa e do entendimento entre os povos. Por exemplo, neste Ano Novo Chinês, a DSEJ organizou a actuação de jovens estudantes de Macau nas actividades comemorativas do “Feliz Ano Novo Chinês” em Portugal. Mais, a embaixada da China no Brasil convidou uma escola secundária de Macau para enviar um grupo de dança ao Brasil, para participar na celebração do Ano Novo Chinês, sendo esta a primeira iniciativa cultural no âmbito do 50.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil. A apresentação artística da cultura chinesa e a celebração do Ano Novo Chinês com a população local aprofundaram a amizade e a interacção cultural entre os dois povos.

Este ano é muito significativo, pois coincidem o 75.º aniversário da implantação da República Popular da China, o 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria e o 50.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil. Devemos estar preparados para avançar, continuar a aproveitar a oportunidade para abrir uma nova conjuntura, traçar um plano e maximizar as vantagens únicas de Macau. Pelo exposto, propomos o seguinte:

1. Apoiar a divulgação da cultura chinesa no exterior. Na China de hoje, não faltam histórias fantásticas e é preciso contá-las. Devemos abraçar as tradições da Festividade da Primavera, dar continuidade às importantes tradições culturais, tais como, a despedida ao antigo ano e as boas-vindas ao novo, desejar e felicitar a chegada do auspicioso, reunir a família, cultivar a alegria e a harmonia, e reforçar a nossa autoconfiança cultural. Segundo o Relatório das LAG para 2024, para enriquecer o conteúdo de “Uma base” e expandir o intercâmbio cultural com o exterior, temos de nos articular melhor e com precisão com as políticas nacionais, especialmente reforçar o intercâmbio e a cooperação cultural com os países de língua portuguesa, divulgar a cultura chinesa no mundo e contar bem as histórias de Macau e da China. Mais, o Governo deve incentivar os jovens estudantes e as associações a realizarem actividades de intercâmbio cultural com o exterior, apoiando, através de acções concretas, os projectos culturais e as associações artísticas nos intercâmbios com o exterior, e reforçar o papel de Macau como base relevante para a divulgação da cultura do País no exterior.

2. Construir uma boa plataforma de intercâmbio entre a China e os Países de Língua Portuguesa. As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía definem claramente o posicionamento de Macau como “Uma Plataforma” e, sob a nova conjuntura de abertura ao exterior, o nosso País tem aproveitado plenamente as estratégias e as vias de cooperação internacional, como a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, e tem aproveitado o Ano Novo Lunar e outras festividades culturais importantes para reforçar a divulgação da cultura chinesa no estrangeiro. Macau deve aproveitar estas oportunidades para desenvolver as suas vantagens, consolidar o seu papel de plataforma e ponte entre a China e os Países de Língua Portuguesa, explorar e encontrar os amplos mercados dos Países de Língua Portuguesa, promovendo deste modo um desenvolvimento diversificado e integrando activamente a conjuntura do desenvolvimento nacional.

A prosperidade do dragão traz-nos uma total renovação. As celebrações relacionadas com o “Ano Novo Lunar” tornaram-se numa janela para os cidadãos de todo o mundo conhecerem a China e “num palco pequeno para transmitir uma grande amizade”. Neste novo ano, estamos convictos de que, com o forte apoio da nossa grandiosa Pátria e em comunhão de esforços com toda a população, Macau vai desenvolver-se de forma vigorosa como um dragão, passar uma nova imagem e alcançar melhores resultados.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 28.02.2024

Aumentar a flexibilidade na gestão das lojas na habitação pública, para minimizar o desperdício de recursos devido à sua desocupação

Há dias, o Governo abriu concurso público para arrendamento de trinta lojas na habitação pública. Possivelmente, devido ao ambiente de negócio, oito dessas lojas não atraíram qualquer proposta. De facto, as lojas devolutas na habitação pública são um problema antigo, são um desperdício de recursos públicos que suscitou a atenção da sociedade. Espera-se que as autoridades aumentem a taxa de utilização das lojas ou que aproveitem as lojas devolutas para apoiar o desenvolvimento de empresas sociais, para aumentar o valor social dos recursos públicos.

Ao longo dos anos, os lojistas na habitação pública não pararam de manifestar opiniões diferentes sobre o arrendamento destas lojas. Veja-se o exemplo da alta taxa de lojas devolutas na habitação pública de Seac Pai Van. Vários serviços públicos procederam à recolha das opiniões dos lojistas, que alegaram que o regime jurídico vigente estava desactualizado, que a actualização das rendas estava indexada ao índice de preços no consumidor, e que faltava flexibilidade. Mais, os concursos públicos para arrendamento das lojas devolutas acontecem irregularmente, o que impossibilita os lojistas de planearem e de se prepararem com antecedência, não favorecendo o arrendamento das lojas devolutas, etc. Os Deputados já interpelaram o Governo e apresentaram, repetidamente, sugestões sobre este assunto, mas as autoridades reiteraram, recentemente, que não iam considerar proceder, por enquanto, a qualquer revisão legislativa, portanto, não houve qualquer avanço significativo na resolução do problema.

Com a conclusão de vários projectos de habitação pública na Zona A dos Novos Aterros Urbanos, vão ser abertos concursos públicos para arrendamento de um grande número de lojas. As autoridades já encomendaram um estudo sobre a finalidade comercial das lojas na habitação pública da Zona A, mas os resultados ainda não foram divulgados. Como o novo concurso para a habitação económica não vai decorrer como previsto, não se sabe se o número de lojas se vai manter como inicialmente previsto, ou se algumas vão ser utilizadas para apoiar o desenvolvimento de diferentes tipos de empresas. Se vai ser possível evitar as lojas devolutas e as dificuldades de negócio, na fase inicial de ocupação da habitação económica, é algo que merece estudo e resolução por parte das autoridades.

A este respeito, gostaria de apresentar três sugestões:

1. O arrendamento das lojas da habitação pública é regulado pelo Decreto-Lei n.º 28/92/M, que está em vigor há mais de 30 anos. Segundo o Governo, este reflecte o princípio da justiça e da publicidade para os concorrentes e arrendatários, mas com as mudanças dos modelos de exploração e do ambiente comercial, não consegue, de facto, assegurar a gestão eficaz das lojas, e até constitui um obstáculo à concessão de apoio às empresas sociais. Proponho ao Governo que proceda a estudos sobre a revisão e alteração do referido decreto-lei, e que realize uma consulta pública, com vista à ampla recolha de opiniões da sociedade e a assegurar a utilização eficaz dos recursos públicos.

2. Pode tomar-se como referência o processo de arrendamento de lojas em edifícios de habitação pública efectuado pelo *Housing Department de Hong Kong*, ou seja, os serviços competentes avançam, com a maior brevidade possível, com os concursos públicos e acções de divulgação, e caso não sejam recebidas propostas aceitáveis, o concurso é reaberto três meses depois. Isto demonstra que, através do ajustamento da periodicidade dos concursos públicos, é possível reduzir o número de lojas desocupadas nos complexos de habitação pública. Em Macau, o concurso público para o arrendamento das lojas em causa não é periódico, assim, proponho ao Governo que estabeleça uma periodicidade, por exemplo, trimestral ou semestralmente, com vista a aumentar a taxa de utilização das lojas. Mais, essa periodicidade ajuda a manter a estabilidade dos preços das propostas e facilita a preparação e definição dos planos por parte dos lojistas, o que contribui bastante para garantir o funcionamento do negócio.

3. Em breve, muitas lojas na zona A dos novos aterros vão estar prontas. Assim, sugiro ao Governo que, tendo em conta a situação de candidatura à habitação económica, conclua, quanto antes, o estudo sobre a finalidade comercial das lojas de habitação pública, e que avalie a necessidade de ajustar a finalidade e a quantidade das lojas. Mais, espero que o Governo, tendo em conta a situação dos concursos públicos para as lojas, pondere a possibilidade de atribuir algumas lojas, com dispensa de concurso público e a rendas baixas, a determinadas empresas sociais ou às associações culturais criativas que reúnam os requisitos, para as lojas desocupadas poderem servir a sociedade.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 28.02.2024

Continuar a promover a igualdade entre os sexos e a libertar o potencial das mulheres em prol do progresso social

O dia 8 de Março de 2024 marca o 114.º Dia Internacional da Mulher. Gostaria de estender, antecipadamente, as minhas bênçãos e saudações a todas as companheiras, e agradecer a todas as mulheres pelo seu trabalho árduo todos os dias em diferentes posições na sociedade, no trabalho e na família. Este ano, a ONU Mulheres adoptou o tema “Investir nas Mulheres: Acelerar o Progresso” para o Dia Internacional da Mulher, apelando à sociedade para que trabalhe mais em prol da igualdade entre os sexos, a fim de libertar o potencial económico das mulheres a favor do desenvolvimento sustentável futuro da sociedade.

De acordo com os dados das Nações Unidas, o valor global dos cuidados não remunerados e do trabalho doméstico das mulheres com 15 anos ou mais é de cerca de 10,8 triliões de dólares por ano, o que corresponde a três vezes a dimensão da indústria tecnológica mundial. As mulheres efectuam 76 por cento do trabalho de cuidados não remunerado e, em média, investem 3,2 vezes mais do que os homens no trabalho doméstico e de cuidados no seio da família. Os números mostram, claramente, que o desenvolvimento da igualdade entre os sexos ao nível mundial exige ainda esforços contínuos. É certo que, com o apoio do Estado, o Governo da RAEM tem envidado esforços para melhorar a protecção dos direitos e interesses das mulheres desde o retorno à mãe pátria. A população activa do sexo feminino em Macau ultrapassou a do sexo masculino há alguns anos (2017) e tornou-se uma força a ter em conta no mercado de trabalho. As mulheres de Macau têm estado na vanguarda dos tempos e têm sido activas nas suas próprias carreiras.

No entanto, ao mesmo tempo que as mulheres estão a “brilhar” no mercado de trabalho, há muitos problemas específicos enfrentados pelas mulheres que trabalham fora de casa. De acordo com o “Relatório sobre a Condição da Mulher em Macau 2022”, mais de 73% das mulheres inquiridas são cuidadoras da família, e mais de 28% trabalham ao mesmo tempo, assumindo o papel de responsáveis pelas despesas familiares e pelo trabalho doméstico. Isto faz com que muitas mulheres desejem muito participar nos assuntos da sociedade e trabalhar, mas também têm de assumir a responsabilidade de cuidar da família, o que é uma pressão física e psicológica enorme. Esta situação também dá origem a situações de discriminação no local de trabalho, preconceito por causa do sexo, falsas oportunidades de promoção, assédio sexual verbal e despedimento de mulheres grávidas. De facto, a aceleração do desenvolvimento da igualdade de género é indissociável do desenvolvimento sustentável da sociedade e da economia de Macau no futuro. As mulheres pesam metade da população de Macau e, só quando elas conseguirem “libertar” as suas potencialidades, é que podem apoiar melhor o desenvolvimento económico de Macau.

Com a aproximação do Dia Internacional da Mulher, espero que o Governo, as empresas, os diversos sectores sociais e as pessoas de diferentes sexos continuem a promover a igualdade de sexo em diferentes ocasiões, para que as mulheres tenham mais e

melhores oportunidades de dar o seu contributo à sociedade. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Libertar a força laboral das mulheres para promover o desenvolvimento económico. O Governo deve estudar, quanto antes, a implementação de mais medidas favoráveis à família em diferentes ambientes de trabalho, através de legislação, incentivo ou apoio financeiro, por exemplo, a licença parental e o horário flexível de trabalho, entre outras, para as mulheres poderem encontrar um melhor equilíbrio entre a família e o trabalho.

2. Melhorar continuamente a igualdade de género no trabalho. Há que continuar a promover acções de divulgação e sensibilização sobre a igualdade de género junto dos diversos sectores da sociedade, alargar o espaço de trabalho das mulheres, acelerar a concretização da generalização do género nos sectores público e privado, e rever, de forma global, a protecção dos direitos e interesses laborais das mulheres nos diversos diplomas legais, a fim de melhorar a igualdade de género no trabalho.

3. Partilhar as tarefas domésticas e de cuidados por ambos os cônjuges. Há que apelar à sociedade para mudar o papel das mulheres como principais cuidadoras da família e promover a partilha das tarefas domésticas por ambos os cônjuges, para reduzir a pressão física e psicológica das mulheres que têm de trabalhar e cuidar da família, e há ainda que reforçar a importância e o reconhecimento do valor laboral de cuidar da família e fazer tarefas domésticas.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 28.02.2024

Promoção do desenvolvimento do turismo marítimo, concretizando a interacção dos recursos culturais

Macau possui vantagens geográficas costeiras com boas condições para o desenvolvimento do turismo marítimo. Assim, nos últimos anos, o Governo da RAEM implementou várias medidas, incluindo o “Programa de apoio financeiro específico – Turismo marítimo”; assinou as “Regras pormenorizadas relativas a assuntos marítimos para o projecto de turismo individual com embarcações de recreio Guangdong-Macau” com a Administração de Segurança Marítima da Província de Guangdong; autorizou a operação do itinerário marítimo entre o Terminal Marítimo da Taipa e a Ilha de Guishan, Zhuhai, com duas viagens de ida e volta; e lançou a consulta pública sobre o “Zoneamento marítimo funcional”, o “Plano das áreas marítimas” e a “Lei de uso das áreas marítimas”, para melhor gerir, aproveitar e proteger os 85 quilómetros quadrados das suas áreas marítimas, criando mais oportunidades para o aprofundamento do “Centro mundial de turismo e lazer” e a promoção do desenvolvimento diversificado e adequado da economia de Macau.

De facto, as “Linhas gerais do planeamento para o desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” e o “Projecto geral de construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” referem, respectivamente, o seguinte: aprofundar o estudo sobre a abertura de percursos turísticos entre Macau e as cidades e ilhas vizinhas, apoiar as empresas de Macau a investirem na indústria turística das ilhas e nos projectos das ilhas”, etc. Pode-se ver que, numa concepção de topo, há um planeamento claro para o desenvolvimento do turismo marítimo de Macau.

Mas, no que diz respeito a estes aspectos, o progresso global de Macau é lento e ainda não se criou nenhum projecto de destaque, pois os itinerários com as ilhas vizinhas são poucos, a integração dos recursos de turismo marítimo com as cidades vizinhas continua a ser insuficiente, os efeitos das viagens individuais em barcos de recreio não são suficientes, etc., não conseguindo assim realçar o encanto e a vitalidade de Macau, enquanto cidade costeira.

Face à boa recuperação do sector do turismo e ao rápido desenvolvimento das indústrias cultural e turística neste ano, a sociedade espera que o Governo explore ainda mais as potencialidades dos passeios marítimos, aproveitando plenamente as vantagens da cooperação entre Hengqin e Macau; reforce a promoção da cooperação entre as cidades da Grande Baía; explore mais produtos do turismo marítimo “multidestinos”; e concretize a exploração tridimensional do turismo “marítimo-insular-costeiro”, em prol da criação de mais espaços para o desenvolvimento da indústria turística de Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Depois da inauguração da carreira de transporte marítimo de passageiros entre Macau e a ilha de Guishan, Zhuhai, o que foi bem acolhido pelos turistas e residentes, sugere-se a exploração de mais rotas de ligação com outras ilhas, como, Dong Ao, Lintin e Wangshan,

etc. no sentido de se criarem várias marcas e temas de passeios marítimos. Mais, deve-se também abrir, o mais breve possível, a rota entre Macau e Pazhou, em Cantão, promovendo-se gradualmente o modelo de turismo “multidestinos” entre Macau e os outros terminais marítimos e ilhas.

2. O Governo afirmou que, actualmente, existem em Macau mais de 200 lugares de atracação para embarcações de recreio, e que a capacidade de recepção é suficiente. Porém, o turismo de embarcações de recreio não tem avançado devido à necessidade de pagar a caução aduaneira e as despesas de desalfandegamento. Espera-se que as autoridades possam negociar com o Interior da China uma política de isenção da caução e, também, de redução das taxas alfandegárias, assim como otimizar as formalidades de desalfandegamento, com vista a promover o desenvolvimento do turismo marítimo de alta qualidade em Macau.

3. Pode-se desenvolver plenamente as vantagens de Macau, enquanto porto internacional de comércio livre, e explorar em conjunto com Zhuhai e a Ilha de Hengqin as potencialidades turísticas das ilhas. Por exemplo, os navios de cruzeiro de grande dimensão podem atracar nas ilhas adjacentes a Macau para a criação de novas oportunidades de desenvolvimento da indústria do turismo e lazer marítimo para Macau e, ao mesmo tempo, enriquecer o turismo marítimo da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 28.02.2024

Melhorar a qualidade dos serviços de turismo em geral e resolver os conflitos profundos no desenvolvimento económico

Com a promoção do Governo da RAEM, houve 1,358 milhões de visitantes durante os feriados deste Ano Novo Lunar e um grande fluxo de pessoas nas zonas turísticas, o que foi um bom começo de 2024. Recentemente, o Conselho de Estado autorizou a integração da Cidade de Xi'an da Província de Shaanxi e a Cidade de Qingdao da Província de Shandong no "visto individual" para deslocação a Hong Kong e Macau, o que demonstrou a atenção e o apoio do País a Macau, sendo um estímulo para o mercado turístico.

Os feriados deste Ano Novo Lunar são importantes para fortalecer o mercado de turismo cultural de todo o país. As províncias e cidades tomaram medidas diferentes e realizaram grandes eventos para atrair o maior número possível de visitantes. O turismo é a indústria pilar de Macau, à qual o Governo dá sempre grande importância. Nomeadamente, deu arranque a muitos trabalhos preparatórios para estes feriados, como, acções de divulgação nas plataformas, reforço da coordenação interdepartamental, criação de zonas pedonais nas zonas turísticas e criação de actividades para atrair as pessoas. Esses trabalhos merecem o nosso reconhecimento. Mas a dificuldade em apanhar táxis, a insuficiência de autocarros e outros problemas de instalações complementares de trânsito mantêm-se, o que afectou a experiência dos turistas e agravou a aglomeração de pessoas nas zonas turísticas. Em Macau, só determinadas ruas são sempre mais frequentadas, mas não há ninguém nas zonas residenciais envolventes. Mais, com a exteriorização do consumo, os negócios entre as zonas residenciais e turísticas representam uma situação bipolar. Algumas lojas populares nas redes sociais situadas nas zonas residenciais fizeram promoções para atrair turistas, mas os negócios em geral não foram satisfatórios, a economia dos bairros comunitários ainda está por dinamizar e não houve uma maior rentabilidade do mercado turístico.

O desenvolvimento desequilibrado e insuficiente da estrutura turística tem sido, desde sempre, um problema profundo no desenvolvimento económico de Macau. As empresas integradas de turismo e lazer são o pilar do mercado turístico de Macau e ocupam a maior parte dos recursos turísticos, o que resulta num desenvolvimento desequilibrado entre as grandes empresas e as PME, e numa concorrência relativamente grande. Nos últimos anos, graças aos esforços do Governo, as grandes empresas têm investido recursos turísticos nos bairros comunitários, para impulsionar a cooperação com as PME, diminuir a concorrência e desenvolver o mercado turístico de Macau. Porém, o investimento das grandes empresas limita-se a seis áreas históricas, e não há novas soluções para lidar com os problemas relativos ao desenvolvimento da economia comunitária existentes ao longo dos tempos. Neste sentido, o Governo deve ser mais determinado, aproveitando bem os recursos de solos, para aumentar os elementos turísticos e as instalações complementares nos bairros comunitários, e ainda investir mais recursos turísticos, para promover o desenvolvimento conjunto das grandes empresas e das PME e reforçar o desenvolvimento turístico de Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Com o aumento do número de turistas durante o Ano Novo Chinês, o fluxo de pessoas nas zonas turísticas atingiu um nível crítico, e a pressão do trânsito também não podia ser mais elevada, sendo que os turistas ficaram em longas filas de espera nas paragens de autocarro, com dificuldades em entrar em qualquer um, nem conseguindo apanhar táxi. Então, como é que podem ter uma boa impressão de Macau? Proponho ao Governo que reveja a organização dos transportes nas zonas turísticas mais visitadas e defina medidas específicas para a evacuação de pessoas nos feriados e fins-de-semana, por exemplo, criar carreiras expressas e organizar autocarros turísticos especiais, para dispersar eficazmente o fluxo de pessoas e elevar a qualidade dos serviços turísticos de Macau.

2. Para promover o desenvolvimento económico dos bairros comunitários, o Governo deve apostar na identificação das suas características, nomeadamente, reforçar a divulgação da gastronomia e das compras disponíveis nestes bairros, e disponibilizar, nos feriados e fins-de-semana, carreiras especiais para facilitar a entrada dos turistas nas zonas comunitárias. Ao mesmo tempo, deve aproveitar as instalações sociais existentes para organizar mais actividades festivas ou oferecer benefícios em prol da promoção do consumo, permitindo que os bairros comunitários partilhem os resultados da recuperação do turismo e aumentando a confiança das PME no desenvolvimento. A longo prazo, o Governo deve aproveitar os terrenos desaproveitados para aumentar os elementos turísticos nos bairros comunitários, por exemplo, construir instalações recreativas ou centros comerciais, etc., para reduzir o desequilíbrio no desenvolvimento dos recursos turísticos e fomentar o desenvolvimento de alta qualidade do mercado turístico de Macau.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 28.02.2024

Reduzir a pressão sobre o ensino e reforçar a protecção na reforma para promover o desenvolvimento a longo prazo da educação em Macau

“Os professores” têm a missão de cultivar e transmitir, e muitos deles passaram metade da sua vida a ensinar e a educar pessoas. Como disse o Presidente Xi Jinping, “os professores são aqueles que difundem o conhecimento, as ideias e a verdade, que moldam as almas, as vidas e as pessoas, e merecem respeito, e devemos promover uma boa cultura de respeito pelos professores e de valorização da educação em toda a sociedade”.

Com o desenvolvimento e o progresso contínuo da sociedade, as exigências do ensino estão sempre a aumentar. Os docentes adquirem constantemente novos conhecimentos e tecnologias, alteram o modelo pedagógico, transmitem aos alunos os seus conhecimentos e competências, mas, face ao aumento da pressão do ensino, não recebem apoio nem garantias suficientes. Assim, alguns deles dificilmente conseguem aprender ao ensinar os outros e a melhorar a qualidade do ensino.

Segundo algumas opiniões, há professores que trabalham, em média, mais de 10 horas por dia na escola e, depois de saírem da escola, continuam a trabalhar 2 a 3 horas em actividades pedagógicas, e alguns até precisam de trabalhar 5 horas, portanto, em geral, falta tempo para descanso. O Governo introduziu, no ano lectivo de 2021/2022, no Guia de funcionamento das escolas, sugestões sobre a utilização de *software* de comunicação e de plataformas da Internet para comunicação e contacto com o pessoal das escolas, mas, como tem carácter de instrução, o efeito é limitado.

Mais, proporcionar garantias para a vida pós-aposentação dos docentes é também importante para mostrar respeito e ser uma homenagem pela sua dedicação à causa educativa. O Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior (“Quadro geral”) criou o regime de previdência obrigatório para os respectivos docentes, oferecendo, em certa medida, uma garantia básica para a sua aposentação, mas não definiu claramente a proporção das contribuições. Na maioria das escolas, o vencimento abrange a remuneração de base e outros subsídios, e, se a proporção das contribuições é calculada só com base na remuneração de base, o montante das contribuições de alguns docentes é reduzido, impossibilitando garantir a qualidade de vida pós-aposentação.

É de salientar que, tendo em conta o desenvolvimento social, as escolas devem acompanhar a evolução dos tempos em termos de qualidade pedagógica, mas o mais importante é responder às solicitações dos docentes no processo de elevação do nível de aprendizagem e de ensino. “O plano centenário é orientado para a educação, e os docentes são a base da educação”. Para elevar continuamente a qualidade do ensino e satisfazer as necessidades do futuro desenvolvimento, o Governo deve prestar mais atenção às dificuldades que os docentes estão a enfrentar, implementando políticas e medidas para aumentar as garantias profissionais e de aposentação, para que os mesmos possam dedicar-se às suas tarefas pedagógicas, contribuindo, em conjunto, para o desenvolvimento contínuo do sector educativo.

Assim sendo, apresento as seguintes duas opiniões e sugestões:

1. O Governo deve reforçar o apoio aos docentes, acolher amplamente as opiniões do pessoal docente, incluindo os docentes da linha da frente, e ouvir, com seriedade, as solicitações dos diversos interessados, e, em particular, deve rever e ajustar, quanto antes, as matérias sobre o direito de descanso dos docentes, constantes do guia de funcionamento das escolas para o novo ano lectivo, para reduzir a pressão da equipa docente devido ao grande volume de trabalho nas aulas e nos tempos livres, para esta poder concentrar-se no ensino, e elevar o seu nível e qualidade de ensino, para fazer face às mudanças e desafios do futuro desenvolvimento.

2. No que diz respeito à garantia de aposentação, aquando da elaboração do “Quadro geral”, foi apresentada uma proposta sobre o pagamento das contribuições por parte dos docentes, das escolas e do Governo, e, apesar de, no final, ter sido eliminada a parte das contribuições por parte do Governo, este afirmou que ia proceder a melhorias no futuro. A lei está em vigor há 12 anos e acredita-se que as autoridades já têm condições suficientes para avaliar a situação. Sugere-se que se inicie, quanto antes, um estudo global, se recolham mais solicitações e sugestões dos docentes da linha da frente, se promova, de forma contínua, o melhoramento da situação das contribuições por parte das escolas particulares e se proceda a um novo estudo sobre a viabilidade do aumento das contribuições por parte do Governo, proporcionando garantias de aposentação estáveis aos docentes que contribuem para o ensino ao longo da vida.

José Maria Pereira Coutinho

“A importância do desenvolvimento profissional dos professores do ensino básico das escolas particulares”

Num mundo, cada vez mais competitivo na atracção e captação de talentos, a educação de qualidade, constitui uma das áreas mais importantes para a formação e retenção local dos talentos, não devendo descurar ou minimizar o investimento na formação profissional dos professores, que a nosso ver, deve ser sempre feita de uma forma profissionalizada, permanente e continuada. A importância na inovação educativa só se consegue através de uma formação profissional permanente e continuada em que os professores vão actualizando os seus conhecimentos adaptando às novas estratégias e tecnologias de ensino. Isso cria um ambiente de aprendizagem muito mais dinâmico e envolvente, beneficiando os alunos e tornando o processo de ensino-aprendizagem mais eficaz.

Devido ao desenvolvimento económico, as sociedades são confrontadas com rápidas transformações e os conhecimentos são mais exigentes, e aos cidadãos são exigidas mais e melhores capacidades para resolver os problemas, o motivo pelo qual a educação tendo vindo a sofrer constantes reformas educacionais.

Este assunto, vem na sequência, de recentemente, o nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos ter recebido um grupo de professores de algumas escolas particulares do ensino não superior, que alegaram, que para além das funções docentes e não pedagógicas, estes profissionais são obrigados a executar trabalhos puramente administrativos, recreativos ou trabalhos de contabilidade cujas funções não constam dos conteúdos funcionais e dos seus deveres profissionais para além de não haver o pagamento das respectivas horas extraordinárias como devia nos termos da Lei n.º7/2008 (Lei das relações de trabalho).

Os docentes alegam que os trabalhos administrativos, contabilidade e recreativas afectam a actualização, aperfeiçoamento e aquisição de novos conhecimentos, habilidades e competências necessárias ao ensino de qualidade que se pretende ministrar aos alunos. Por outro lado, devido ao elevado número de horas diárias e semanais dedicadas a interagir e

responder às mensagens nos telemóveis provenientes dos alunos e respectivos encarregados de educação, pouco tempo resta para estarem com a sua própria família.

Os impedimentos à formação permanente e continuada destes professores que deviam aprimorar e actualizar constantemente as suas habilidades, conhecimentos prejudica igualmente a mudança de nível desse pessoal docente que não consegue concluir por exemplo as 90 horas em actividades de desenvolvimento profissional previstas no artigo 15.º da Lei n.º 3/2012 (Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior) afectando as suas promoções nas carreiras docentes.

Não podemos esquecer que estes professores do ensino básico desempenham um papel fundamental quer nos ensinamentos quer no desenvolvimento pessoal, emocional e social dos alunos destinados à construção uma base sólida de conhecimentos e de autoconfiança. E ela só se consegue através da participação em cursos, workshops, seminários, leituras, discussões em grupo de docentes, pesquisas académicas e experiências práticas. O objectivo é dotar aos professores a capacidade de enfrentar os desafios em constante mudança nas salas de aulas, adaptando-se às necessidades dos alunos e integrando novas abordagens pedagógicas, tecnologias e teorias educacionais.

Desta forma, devem as autoridades competentes da área escolar (DSEDJ) e as escolas disponibilizar todas as condições e os recursos necessários para que o desenvolvimento profissional dos docentes não fique prejudicado com outras actividades secundárias, nomeadamente o exercício de funções estranhas às suas funções docentes e que a verificação e expressão quantitativa das actividades de desenvolvimento profissional não venha a ser prejudicada.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 28.02.2024

Atrair mais visitantes para os bairros comunitários em prol do desenvolvimento equilibrado da economia comunitária e criar novos pontos de promoção económica

Na semana dourada do Ano Novo Chinês, Macau recebeu 1,36 milhões de visitantes, uma média diária de cerca de 170 mil, e o número de visitantes ultrapassou os 210 mil no terceiro dia do calendário chinês. Em comparação com a mesma semana dourada do ano passado, o número médio de visitantes aumentou 1,6 vezes, e a taxa de ocupação hoteleira atingiu os 95 por cento. Cerca de 40 por cento dos visitantes entraram em Macau pelas Portas do Cerco, que continuam a ser a fronteira mais procurada. Porém, ao contrário do que acontecia no passado, em que todos afluíam às Portas do Cerco, este ano, já foi mais diversificada a distribuição dos visitantes pelas várias fronteiras, com o posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau a tornar-se a segunda opção e o de Hengqin a terceira. Estes dados demonstram a vitalidade da recuperação da economia e do turismo de Macau, e acredita-se que o número de visitantes vai continuar a aumentar significativamente nas próximas semanas douradas.

Durante a semana dourada do Ano Novo Chinês, os Serviços de Turismo, o Instituto Cultural, o Instituto do Desporto e o IAM, entre outros serviços públicos e operadores turísticos, organizaram em conjunto várias actividades festivas, que atraíram um grande número de pessoas aos locais respectivos e aos pontos turísticos, beneficiando os comerciantes das proximidades. Para garantir a fluidez e a segurança na circulação de peões e veículos, as autoridades implementaram a medida de controlo de multidões num único sentido nas Ruínas de São Paulo e na Rua do Cunha, entre outras zonas com grande concentração de turistas, para dispersar as multidões. Esta medida pode controlar o fluxo de pessoas e evitar debandadas, mas, ao mesmo tempo, reduz as compras e o tempo de permanência nas lojas, e aumenta a pressão do trânsito nas entradas e saídas do controlo. Isto demonstra a popularidade dos pontos turísticos famosos de Macau, mas também revela o desequilíbrio do desenvolvimento da economia e do turismo nos bairros comunitários.

Face ao desequilíbrio do desenvolvimento económico dos bairros comunitários, tenho apelado ao Governo para atrair turistas para os bairros comunitários, para que estes e os empresários possam partilhar dos frutos do desenvolvimento turístico. Assim, o Governo deve, em primeiro lugar, melhorar as instalações físicas e o ambiente dos bairros antigos, para os cidadãos poderem usufruir de um melhor ambiente comunitário e, ao mesmo tempo, embelezar a fisionomia da cidade. Em segundo lugar, as autoridades, numa perspectiva de economia de mercado, devem estudar, conceber e introduzir elementos comerciais, e pensar em novos pontos de explosão económica a ser procurados e desejados pelos turistas, e que estes nunca tenham tido em viagens anteriores. A partir de uma distribuição comercial geral, devem ser criadas zonas comerciais com impacto nos bairros comunitários circundantes e, em seguida, através da integração das características destes bairros, aumentar os diferentes pontos de crescimento económicos criativos nos diversos bairros comunitários, permitindo que tenham as suas próprias características e métodos de exploração, a fim de atingir o objectivo de desenvolvimento equilibrado dos bairros comunitários e partilha dos dividendos turísticos.

Com a recuperação da economia e do turismo e a sua tendência de desenvolvimento cada vez mais próspero, é necessário promover o equilíbrio comunitário e o desenvolvimento coordenado, contribuindo para apoiar a exploração das micro e PME dos bairros comunitários, e para dispersar o fluxo de turistas dos pontos turísticos famosos, permitindo-lhes entrar nas ruas e ruelas e conhecer as características típicas da história da fusão das culturas ocidental e oriental.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 28.02.2024

No final dos oito dias da Semana Dourada do Ano Novo Lunar do Interior da China, as estatísticas preliminares revelaram cerca de 1,36 milhões de visitantes durante essa Semana e, no terceiro dia do Ano Novo Lunar, o número de visitantes atingiu o segundo nível mais elevado de sempre desde que há estatísticas de um único dia, o que reflecte que a chegada de visitantes está num bom caminho de recuperação. Durante as férias, as zonas turísticas de Macau foram inundadas de pessoas, o que impulsionou o negócio das suas lojas. Mas não foi possível desviar os visitantes para os bairros circundantes, onde a situação foi um pouco pior devido ao fluxo reduzido de pessoas. Nos últimos anos, o Governo, as concessionárias do jogo e as associações envidaram esforços conjuntos para promover a revitalização dos bairros antigos e organizaram várias actividades comunitárias para revitalizar a economia comunitária, o que impulsionou, em certo grau, o aumento do fluxo de pessoas e do consumo em diversos bairros comunitários, mas o efeito de atrair turistas continua a precisar de melhoria e as zonas turísticas e os bairros comunitários ainda se encontram num estado consideravelmente desequilibrado. No futuro, Macau deve explorar activamente o potencial do turismo comunitário e criar um “cartão-de-visita do turismo comunitário” com características de Macau.

O turismo comunitário destaca não só as paisagens e os locais turísticos, mas também o conhecimento profundo do estilo de vida, da cultura e da história das comunidades locais. Muitos bairros comunitários são caracterizados pela fusão das culturas oriental e ocidental, e pela forte atmosfera humana e cultural tradicional, por isso, o Governo deve ponderar destacar mais as características das diferentes zonas de Macau e, através da divulgação de histórias, criar uma imagem de cada uma delas, para destacar as suas características e singularidades, aumentando o interesse dos turistas pela história e cultura de Macau. O Governo atraiu visitantes através dos roteiros turísticos “Sentir Macau passo a passo” e, este ano, promoveu, através do projecto específico para “Dinamizar a economia comunitária no âmbito do turismo”, o turismo comunitário. Espero que o Governo reforce o planeamento do mesmo, e a coordenação e a cooperação entre o Governo, os bairros comunitários e as empresas, para contar bem a história de Macau, maximizar plenamente as características e vantagens dos bairros comunitários, aumentar em conjunto a respectiva atractividade, proporcionar aos diferentes grupos de visitantes experiências únicas de turismo comunitário, orientando-os para os bairros diferentes e promovendo a cooperação entre estes, incluindo a cooperação com as cidades ou regiões vizinhas, desenvolver projectos de turismo comunitário inter-regional e alargar os potenciais grupos de turistas.

Ao mesmo tempo, deve aproveitar-se o título de “Cidade Criativa de Gastronomia” para revitalizar a economia nocturna, enriquecer as actividades nocturnas de Macau e criar uma cultura de mercado nocturno nos bairros comunitários, para proporcionar aos cidadãos e turistas uma experiência de vida nocturna mais diversificada, atraindo a visita de mais turistas e o prolongamento da sua estadia em Macau. Deve-se criar e reforçar um mecanismo de monitorização e avaliação do turismo comunitário, por exemplo, através da recolha e análise das opiniões e comentários dos visitantes e participantes, efectuando os ajustamentos e melhorias de acordo com os dados e resultados obtidos, para Macau se tornar num destino único de turismo comunitário. É necessário também estabelecer uma melhor ligação entre

(Tradução)

as zonas comerciais e as zonas residenciais, promovendo a diversificação e o desenvolvimento sustentável da economia de Macau.

IAOD dos Deputados Chui Sai Cheong, Vong Hin Fai e Chan Iek Lap em 28.02.2024

Criar um ambiente livre de barreiras, para elevar a qualidade de vida da população

A Lei sobre a construção dum ambiente livre de barreiras da República Popular da China foi apreciada e aprovada pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional no dia 28 de Junho de 2023, e entrou em vigor no dia 1 de Setembro de 2023. Esta lei aperfeiçoou as disposições sobre a caracterização, os princípios, o conteúdo, o sistema de administração, as medidas de garantia, a supervisão e a gestão, entre outros aspectos da construção dum ambiente sem barreiras, beneficiando-se assim as pessoas portadoras de deficiência, que são 85 milhões na China. A lei define expressamente, no âmbito de aplicação, que “além das pessoas portadoras de deficiência e dos idosos, quem tenha necessidades de acessibilidade tem direito a um ambiente livre de barreiras”.

A China é signatária da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que tem aplicação na RAEM através do Aviso do Chefe do Executivo n.º 2/2009.

Na RAEM, estão em vigor vários diplomas relacionados com a protecção dos direitos e interesses das pessoas com deficiência, nomeadamente a Lei n.º 9/2011 (Regime do subsídio de invalidez e dos cuidados de saúde prestados em regime de gratuidade), o Decreto-Lei n.º 33/99/M (Regime da Prevenção, Integração e Reabilitação da Pessoa Portadora de Deficiência) e o regulamento administrativo sobre a avaliação do tipo e grau da deficiência, mas sobre a construção dum ambiente livre de barreiras, só temos as Normas arquitectónicas para a concepção de *design* universal e livre de barreiras na RAEM, lançadas em 2018 pelo Governo.

Em 2022, numa sessão de interpelação oral na Assembleia Legislativa, a Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, Ao Ieong U, afirmou que as “Normas arquitectónicas para a concepção de *design* universal e livre de barreiras na RAEM”, elaboradas pelo Governo, já tinham sido incluídas nos requisitos das obras públicas. Porém, é de salientar que estas normas ainda não foram implementadas nos edifícios privados e são apenas “orientações”, por isso, não têm força legal nem vinculativa.

Segundo os dados estatísticos do Instituto de Acção Social (IAS), até 31 de Dezembro de 2023, existiam 17.100 portadores do cartão de registo de avaliação da deficiência válido. De facto, a construção de um ambiente livre de barreiras não só beneficia os portadores de deficiência, mas também os idosos, as grávidas, as crianças, os doentes, etc.

Assim, para aperfeiçoar a construção de um ambiente livre de barreiras em Macau e implementar melhor a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, apresentamos as seguintes sugestões:

1. Reforçar a divulgação e os conhecimentos sobre as disposições relativas à protecção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. Sugerimos ao Governo que colabore mais com as instituições nas diferentes actividades, tais como palestras, *workshops*, concursos, etc., que reforce a divulgação sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiência e as

respectivas disposições legais, com vista a elevar a consciência dos cidadãos sobre a criação conjunta de um ambiente livre de barreiras, e que promova a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência e dos idosos, para se criar um ambiente social melhor.

2. Estabelecer regimes jurídicos para a construção, remodelação, manutenção e gestão das instalações livres de barreiras arquitectónicas. Fixar por lei os critérios formais para as instalações livres de barreiras em todas as construções de Macau, definir expressamente que se trata de um dever quer para os edifícios privados quer para os públicos, definir disposições transitórias para os edifícios e instalações que actualmente não satisfaçam as exigências incluindo a elaboração de planos para a instalação de equipamentos livres de barreiras quando estes sofrerem obras de remodelação, e fixar o prazo para a respectiva implementação, com vista a melhor proteger os direitos e interesses das pessoas portadoras de deficiência física.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 28.02.2024

Olhar, a partir da conjunta do desenvolvimento do País, para a grande conjuntura do desenvolvimento de Macau

2024 é o quadragésimo primeiro ano (jiǎchén) do ciclo sexagenário do calendário chinês, que representa o ano do Dragão. Aproveito a ocasião para desejar a todos os colegas e cidadãos de Macau muita saúde e tudo de bom!

Tudo o que é preciso fazer ao longo do ano tem de ser planeado agora na Primavera. Este ano é um ano de “dupla” celebração - no dia 1 de Março vai entrar em funcionamento a “segunda linha” para controlo da circulação de mercadorias e pessoas na Zona de Cooperação Aprofundada, e o Plano de Desenvolvimento Geral da referida Zona, recentemente publicado, marca a entrada desta zona numa nova fase de desenvolvimento. Mais, recentemente, o Governo Central autorizou o alargamento dos vistos individuais, permitindo aos residentes das cidades de Xi An e de Qingdao visitar Macau, o que facilita o intercâmbio e estímulo da economia de Macau.

Da história até à realidade, a Pátria sempre apoiou e protegeu Macau.

Macau e o Interior da China estão estreitamente ligados por laços sanguíneos. Segundo as descobertas arqueológicas, foi encontrado em Hac Sá um local para trabalhar jade com mais de quatro mil anos, o que demonstra que os antepassados de Macau já viviam neste lugar no período pré-histórico. Macau situa-se entre o Rio das Pérolas e as principais vias de transporte para o Mar do Sul da China, e nas proximidades de Macau existiam muitas cidades cujos residentes tinham uma relação muito próxima com os de Macau, portanto, Macau tem sido sempre, ao longo da sua vida, parte integrante da Grande Baía.

O Governo Central é um “forte escudo” na rectarguarda de Macau. Mesmo em tempos difíceis para o País, desde o abastecimento de água e electricidade até ao fornecimento de cereais, óleos e outros produtos alimentares, este empregou todos os esforços para os disponibilizar a Macau. Os produtos chineses especiais também podem ser adquiridos em Macau e os produtos nacionais são bons e baratos, o que, para os naturais de Macau, é memória colectiva.

O princípio “Um País, Dois Sistemas” criou vantagens únicas para Macau, e na sequência da implementação da política de abertura e reforma da Pátria na década de 80 do século passado, foi criada a zona económica especial de Zhuhai. Macau e Zhuhai passaram a ser como “lábios e dentes”, ficaram dependentes um do outro, o que ajudou Zhuhai a atrair investimento estrangeiro, e Macau também saiu beneficiado do desenvolvimento de Zhuhai. Com o regresso de Macau à Pátria, o princípio “Um País, Dois Sistemas” ofereceu a Macau oportunidades de desenvolvimento sem precedentes, e também se aproveitaram as vantagens de Macau para atender às necessidades do País, foi impulsionada, através do respeito pelas civilizações ocidental e oriental, a comunicação através do “coração” dos

diferentes povos, e através da cultura chinesa permitiu-se a “ligação” aos compatriotas de Taiwan. Tudo isto reflecte o forte sentimento de “patriotismo” das gentes de Macau.

O Governo Central preocupa-se seriamente com Macau e apoia Macau a resolver as dificuldades no decurso do seu desenvolvimento. O Governo está a realizar um estudo prudente e sério, e a tomar decisões científicas para levar à aprovação do Governo Central a construção de uma ilha ecológica para depósito de lixo e cinzas, e a estudar o desenvolvimento do turismo ecológico para oferecer mais espaço de desenvolvimento aos sectores cultural, criativo, artístico e turístico, para a imagem de Macau como cidade moderna ainda mais vibrante e colorida. Temos a responsabilidade de informar o público e a geração mais jovem, em especial, sobre esta história e a situação actual, para que compreendam a situação do desenvolvimento de Macau.

Nesta nova era e nova jornada, é também novo o ponto de partida da história em que nos encontramos: o Presidente Xi planeou e promoveu, ele próprio, a concretização da Zona de Cooperação Aprofundada, criando um novo sistema de “negociação, construção, gestão e partilha conjunta” entre Guangdong e Macau, e injectando um novo ímpeto na estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada “1+4” de Macau. A articulação dos dois sistemas na Zona de Cooperação Aprofundada constitui um novo desafio a integrar na situação de desenvolvimento global do nosso país e apresenta novas exigências no cumprimento do princípio “um país, dois sistemas”. Para o efeito, temos de redobrar os nossos esforços para consolidar a base social e angariar o apoio de mais forças. Por ocasião do terceiro aniversário da Zona de Cooperação Aprofundada, proponho às autoridades que criem condições para os residentes visitarem a Zona de Cooperação Aprofundada, que encorajem a partilha de experiências sob a forma de curtas-metragens ou palavras, para a população poder conhecer uma Zona de Cooperação Aprofundada viva e animada, e aumentar a sua confiança no desenvolvimento de Macau.

A diligência é essencial para o planeamento da vida. Temos de pensar bem e agir bem. Devemos reflectir sobre a forma de avaliar a situação do desenvolvimento global de Macau no contexto do desenvolvimento global do nosso país; apoiar totalmente os trabalhos do Governo relacionados com a Zona de Cooperação Aprofundada e a Grande Baía; promover a integração entre Hengqin e Macau e a ligação da Grande Baía; e esforçar-nos por servir o desenvolvimento global do nosso país.